

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES – SEGURANÇA E DEFESA**

2016/2017



TII

**A UNIÃO EUROPEIA E A MIGRAÇÃO IRREGULAR SUBSARIANA
(2015-2050)**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Cláudio Sérgio Sousa Dias
Capitão-tenente**



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
A UNIÃO EUROPEIA E A MIGRAÇÃO IRREGULAR
SUBSARIANA (2015-2050)

CTEN M Cláudio Sérgio Sousa Dias

Trabalho de Investigação Individual do MCMSD

Pedrouços 2017



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
A UNIÃO EUROPEIA E A MIGRAÇÃO IRREGULAR
SUBSARIANA (2015-2050)

CTEN M Cláudio Sérgio Sousa Dias

Trabalho de Investigação Individual do MCMSD

Orientadora: Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues

Coorientador: Capitão-de-fragata João Carlos Lourenço da Piedade

Pedrouços 2017



Declaração de compromisso Anti plágio

Eu, Cláudio Sérgio Sousa Dias, declaro por minha honra que o documento intitulado “*A União Europeia e a migração irregular subsariana (2015-2050)*” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do CEMC 15/17 no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 30 de setembro de 2017

Cláudio Sérgio Sousa Dias



Agradecimentos

A conclusão deste trabalho não teria sido possível sem o envolvimento e o apoio prestado por diversas pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração do mesmo, e que recorro aqui com toda a justiça e agrado.

Gostaria de agradecer de uma forma especial à minha orientadora Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues e ao meu coorientador Capitão-de-fragata João Carlos Lourenço da Piedade, pela orientação, acompanhamento e disponibilidade demonstrada no decurso deste trabalho, cujo espírito crítico em muito contribuiu para o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento do mesmo.

Quero agradecer ao camarada do CEMC 2015/2016 Major da GNR Ricardo Jorge Amaral Bessa pelo constante encorajamento, que muito contribuiu para a minha motivação.

Um agradecimento muito especial à minha família, pela compreensão e apoio demonstrado durante a elaboração deste trabalho final de curso e ao longo de todo o curso. Aos meus filhos, Henrique e Miguel, por abdicarem da merecida cota parte de atenção e convívio com o pai. À minha querida esposa, Lúcia, pelo esforço adicional e paciência durante os meus largos períodos de ausência.

A todos os citados um bem-haja e muito obrigado!



Índice

Introdução	1
1. Enquadramento metodológico	9
1.1. Concetualização da problemática	9
1.2. Metodologia de investigação e modelo de análise	11
2. Fluxo migratório: A nova migração da África Subsariana	14
2.1. Desequilíbrios demográficos UE versus ASS	14
2.2. Migração da África Subsariana	17
2.3. Evolução demográfica <i>versus</i> evolução da migração	21
3. Gestão migratória: a União Europeia e os Migrantes	24
3.1. Os instrumentos da UE para lidar com a migração	26
3.1.1. As políticas da UE	27
3.1.2. As Estratégias da UE	28
3.1.3. Integração dos migrantes na UE	29
4. Fluxo de migrantes para a União Europeia, desafios internos e a instabilidade externa	31
4.1. Desafios Internos	32
4.1.1. O Espaço Schengen	33
4.1.2. Surgimento do Populismo/Nacionalismo	35
4.1.3. Os jovens e o trabalho	37
4.1.4. Os migrantes e os receios dos cidadãos europeus	38
4.2. Fatores Externos	43
5. Propostas para responder aos desafios	45
5.1. Fluxo migratório da ASS	45
5.1.1. As ameaças	45
5.1.2. As oportunidades	47
5.2. Análise SWOT	48
5.2.1. Nos países da ASS	51
5.2.2. Nos países de trânsito	53
5.2.3. Na União Europeia	54



Conclusões.....	58
6. Bibliografia	62

Índice de Anexos

Anexo A —	Corpo de conceitos.....	Anx.A-1
Anexo B —	Políticas da União Europeia para lidar com as migrações	Anx. B-1
Anexo C —	Plano de ação de dez pontos	Anx.C-1
Anexo D —	Agenda Europeia da Migração – Quatro pilares para uma melhor gestão da migração.	Anx.D-1
Anexo E —	Estratégia da União Europeia para lidar com as migrações.....	Anx.E-1
Anexo F —	Ansiedade das populações nativas	Anx.F-1
Anexo G —	Europeans’ attitudes towards security	Anx.G-1

Índice de Apêndices

Apêndice A —	Análise SWOT	Apd.A-1
--------------	--------------------	---------

Índice de Figuras

Figura 1 – Organização do Estudo	8
Figura 2 – União Europeia e a relação com outros países.....	14
Figura 3 – União Europeia e a população Mundial	15
Figura 4 – União Europeia e o PIB Mundial	15
Figura 5 – Região da África Subsariana.....	16
Figura 6 – IDH por regiões do mundo.....	17
Figura 7 – População de países africanos em milhões	17
Figura 8 – Pessoas em Movimento.....	19
Figura 9 – Migrante económico versus refugiado 1990-2013.....	20
Figura 10 – Migração Subsariana: Principais países de origem.....	20
Figura 11 – Migração Subsariana: Países de destino	21
Figura 12 – Mudança Demográfica	22
Figura 13 – Migrantes Subsarianos na OCDE.....	23
Figura 14 – Rotas de Migração: Niger	24
Figura 15 – Os 25 países mais pacíficos no mundo	32
Figura 16 – Atitude e Perceção dos Europeus em relação à Segurança	33



Figura 17 – Cidadãos não Europeus, sujeitos à aplicação da legislação da imigração	35
Figura 18 – Os níveis de desemprego na UE	37
Figura 19 – Os principais ataques a cidades da Europa	39
Figura 20 – Europeus preocupados com, a segurança, economia e a crise de refugiados ..	39
Figura 21 – O sentimento dos cidadãos da UE para com os Muçulmanos no seu país.....	40
Figura 22 – Crescimento mundial da religião Muçulmana	41
Figura 23 – Os Muçulmanos no Continente Europeu	42
Figura 24 – A vizinhança da UE	43
Figura 25 – Ações externas da UE	52

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Pergunta de Partida	5
Tabela 2 – Perguntas Derivadas e Hipóteses	6
Tabela 3 – Mortes no Mediterrâneo: Região de origem dos migrantes	25
Tabela 4 – Rotas de Migração utilizadas pelos migrantes Subsarianos*	26
Tabela 5 – População Muçulmana por Região	41
Tabela 6 – Migrantes e Tipos de Ameaça à Segurança).....	46
Tabela 7 – Medidas de resposta ao Fluxo Migratório Subsariano	50



Resumo

As migrações assumem-se como um dos fenómenos na história da humanidade que mais consequências têm tido a diversos níveis, tanto social, cultural, económico ou político. Até meados do século XXI a população nos países da África Subsariana irá duplicar. Falamos de potenciais migrantes, dadas as diferenças em termos de desenvolvimento humano face a locais de destino, como a União Europeia. Quando um grande número de pessoas migra aumenta o risco da migração irregular. Com este trabalho de investigação pretende-se responder à Pergunta de Partida **“Quais as implicações sociais para a União Europeia, dos fluxos migratórios irregulares oriundos dos países da África Subsariana expectáveis até 2050?”**

A metodologia utilizada na presente investigação alicerça-se no raciocínio hipotético-dedutivo e utiliza uma estratégia de pesquisa qualitativa. Os elementos recolhidos serão sistematizados, analisados e interpretados, através de uma análise SWOT (*“Strengths, Weakness, Opportunities and Threats”*), que permitirá retirar conclusões sobre a problemática da investigação e, bem assim, propor algumas medidas, em resposta à Pergunta de Partida.

Pretendemos contribuir para identificar os fatores que poderão contribuir para a ideia, hoje crescentemente veiculada, de que existe uma associação entre migrações e instabilidade social na União Europeia e apontar possíveis soluções, que permitam mitigar esta instabilidade, real ou percecionada.

Palavras-chave

Migração irregular, União Europeia, África Subsariana, Acolhimento.



Abstract

The Migrations are one of the phenomena in the history of mankind that have had more consequences at different levels, social, cultural, economic or political. Until the middle of the 21st century, the population in sub-Saharan Africa will double. We are talking about potential migrants, given the differences in terms of human development compared to places of destination, such as the European Union. When there are a large numbers of migrates, the risk of irregular migration increases.

*With this research, we intend to answer the Question of Departure "**What are the social implications for the European Union of the irregular migratory flows from the Sub-Saharan African countries expected by 2050?**"*

The methodology used in the present research is based on hypothetical-deductive reasoning and uses a qualitative research strategy. The elements collected will be systematized, analyzed and interpreted through a SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats) analysis, which will allow conclusions to be drawn on the research problem and also propose some measures in response to the Question of Departure.

We intend to contribute to identify the factors that may contribute to the idea that there is an association between migration and social instability in the European Union and point out possible solutions that can mitigate this instability, real or perceived.

Keywords

Irregular migration, European Union, Sub-Saharan Africa, Reception.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ASS – África Subsariana
CE – Conselho Europeu
COM – Comissão Europeia
DNI- Declaração de Nova Iorque
EUCOM- *European Commission*
EUROSTAT - Autoridade estatística da União Europeia
EUA - Estados Unidos da América
FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FN- Frente Nacional
H- Hipótese
IDH – Índice Desenvolvimento Humano
IDP- *Internally Displaced Person*
IOM- *International Organization for Migration*
IUM – Instituto Universitário Militar
MSF - Médicos sem Fronteira
NU- Nações Unidas
OIM – Organização Internacional para as Migrações
OMS- Organização Mundial de Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PCSD - Política Comum de Segurança e Defesa
PD – Pergunta Derivada
PE – Parlamento Europeu
PEGIDA - *Patriotische Europäer gegen die Islamisierung des Abendlandes*
PESC – Política Externa e de Segurança Comum
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP- Pergunta de Partida
PRB – *Populations Reference Bureau*
RDH – Relatório do Desenvolvimento Humano
RDPP - Programas de Proteção e Desenvolvimento Regional



SECA - Sistema Europeu Comum de Asilo

SIDA - Síndrome da imunodeficiência adquirida

SIS - Sistema de Informação Schengen

SSA – África Subsariana

SWOT- *Strengths, Weakness, Opportunities and Threats*

TFUE- Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

TL – Tratado de Lisboa

UA – União Africana

UE- União Europeia

UNICEF – Fundo Internacional de Emergências das Nações Unidas para as Crianças

UNHCR – *United Nations Refugee Agency*



Introdução

“A nation ringed by walls will only imprison itself.”

Barack Obama, 2017

Enquadramento

Estudos realizados sobre projeções demográficas nos últimos anos por especialistas de diferentes organismos internacionais (Organização das Nações Unidas - ONU, *Population Reference Bureau* - PRB, Organização Mundial de Saúde - OMS), corrigem as estimativas divulgadas na viragem do século, indicando que a população africana irá quadruplicar durante o século XXI e não simplesmente triplicar, como se calculara então. Veja-se o exemplo do estudo do Fundo Internacional de Emergências das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF), o qual mostra números impressionantes sobre o crescimento demográfico previsto nas próximas décadas para a larga maioria dos países africanos, nomeadamente da África Subsariana (ASS) (UNICEF, 2014).

A ASS corresponde à região do continente africano que se estende desde o Sahel até ao seu extremo Sul¹. É constituída por países com Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)², que ocupam as últimas posições no *ranking* mundial. Países com carências nos setores cruciais, como a saúde, a educação e os transportes, onde uma grande parcela da população vive abaixo do limiar da pobreza³.

Neste enquadramento, o presente trabalho visa, de uma forma genérica, identificar consequências do provável fluxo migratório de cidadãos oriundos da ASS e recomendar formas como a União Europeia (UE) poderá lidar com o mesmo e qual a melhor resposta a dar aos desafios colocados.

Na atualidade, 16 em cada 100 pessoas no mundo são africanas. No ano de 2050, 25 em cada 100 da população mundial será africana – 2,4 mil milhões de pessoas – e, no final do século, 39 em cada 100 – 4,2 mil milhões de pessoas, tantas quantas existiam no mundo em 1977 (UNICEF, 2014).

¹ Ver figura nº 5.

² É uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde.

³ Limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país. Para o Banco Mundial o limiar de pobreza é a disposição individual de 1,25 dólares para gastos em bens e serviços, por dia.



Um estudo da ONU “*Generation 2030/África*” mostra impressionantes projeções do crescimento demográfico dos países africanos. África contará com mais de 4 mil milhões de habitantes em 2100. Entre 2015 e 2050 metade do crescimento populacional estará concentrado em nove países: Índia, Nigéria, República Democrática do Congo, Etiópia, República Unida da Tanzânia, Estados Unidos da América, Indonésia e Uganda, dos quais cinco pertencem à ASS. A Nigéria, será o país onde se verificará o maior número de nascimentos, contabilizando em 2050 quase 10% dos nascimentos ocorridos ao nível mundial (UNICEF, 2014).

Em contra ciclo, a população da UE no período 2025-2050 declinará, reduzindo-se os volumes populacionais, quer absolutos quer relativos. Segundo a Autoridade Estatística da União Europeia, a população na UE rondava os 501.1 milhões a 01 de janeiro de 2016, terá o seu pico em 2025, com 526 milhões, mas em 2050 rondará os 519 milhões (Eurostat, 2015). O reduzido crescimento demográfico é causado pela baixa taxa de natalidade, decorrente uma taxa de fecundidade de 1,6 crianças por mulher em média. A população da UE só pôde se manter graças à imigração dos últimos anos. Uma outra questão que se levanta na UE diz respeito ao envelhecimento das estruturas etárias. Até 2030 a população ativa entre os 15 e 64 anos vai diminuir 21 milhões e o envelhecimento demográfico vai provocar uma descida de 1,25 e 2,25% no Produto Nacional Bruto (Rodrigues, et al., 2015).

O elevado crescimento demográfico na ASS não implica obrigatoriamente movimentos migratórios nomeadamente para a UE. No entanto, associado a causas gerais de ordem económica, política e ambiental/ecológica poderá ser originador de migrações internas e internacionais (Rodrigues, 2016).

Sabe-se com elevado grau de certeza (Goldstone, 2016) que o forte crescimento da população criará novas tensões sociais na maioria dos países do continente africano, em parte explicadas pelo facto da maioria dos países africanos ter herdado fronteiras artificiais, criadas pelas ex-potências coloniais europeias, que funcionam como verdadeiras bombas de retardamento em muitas regiões.

Por seu turno, os responsáveis políticos pelos países da UE, que se encontra na fase quatro⁴ no modelo de transição demográfica (PBR, 2016), têm evidenciado grande preocupação com as implicações de segurança decorrentes do generalizado envelhecimento das estruturas etárias e do aumento da percentagem de população residente não europeia. As

⁴ Modelo de transição demográfica divide a evolução populacional de cada país em cinco fases. A fase quatro corresponde à situação em que a Taxa de Natalidade e a Taxa de Mortalidade reduzem-se até chegar a valores muito próximos, pelo qual se produz um crescimento insignificante ou estagnação.



assimetrias de crescimento populacional e a globalização do envelhecimento e das migrações constituem os três grandes pontos de incerteza fundamental no *link* demografia e segurança (Rodrigues, 2016).

Justificação do tema

Em 2016, um número recorde de refugiados e migrantes procurou alcançar as fronteiras externas da UE em todo o Mediterrâneo Central. Mais de 181 000 pessoas foram detetadas em trânsito e a grande maioria conseguiu chegar a Itália. Este ano também foi um ano recorde para o número de vidas perdidas no mar: mais de 4500 pessoas afogadas na tentativa de atravessar a rota do Mediterrâneo Central, que é agora mais uma vez a rota dominante para os migrantes e refugiados para chegarem à UE, como costumava ser antes do aumento das chegadas através do Mediterrâneo Oriental no final de 2015 e início de 2016 (COM, 2017d).

São três as principais as rotas utilizadas pelo migrantes dos países da ASS para chegarem à UE, de referir, a rota do Mediterrâneo Central, a rota do Mediterrâneo Ocidental e a Rota Africana Ocidental.

Muitas razões explicam o crescente fluxo de migrantes através da rota do Mediterrâneo Central, a instabilidade na Líbia e fatores mais amplos, como conflitos violentos e conjuntura económica na ASS. Este aumento também se deve ao aumento organizativo dos facilitadores e não é provável que estes facilitadores da imigração se dissipem num futuro próximo, o que se traduzirá em fluxos sustentados que se somam à pressão exercida pelos Estados-Membros da UE mais afetados, Itália e Malta (COM, 2017d).

As causas da migração são quase sempre as mesmas: a fuga à pobreza, desemprego, destruição do meio ambiente, guerra, violência, perseguição política ou religiosa. Neste campo, não é fácil distinguir por vezes, a fronteira entre o migrante e o refugiado. Ambos fogem a uma situação intolerável que os obriga a deixar a terra onde nasceram. Migra-se também para aproveitar oportunidades de emprego que se oferecem em alguns países que carecem de mão-de-obra. O envelhecimento das populações dos países com IDH mais elevados, implica um contínuo recurso à mão-de-obra estrangeira. O mundo conta atualmente, segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), com cerca de 294 milhões de imigrantes (OIM,2016).

Este estudo é importante para uma análise da evolução demográfica em África e do modo como esta evolução poderá incrementar o fluxo migratório irregular para a UE



proveniente dos países de ASS. Esse conhecimento permitirá que na UE sejam tomadas atempadamente medidas para controlar o fluxo de migrantes, seja tomando medidas para integrá-los de acordo com as necessidades de mão-de-obra, seja pela redução desse fluxo, criando condições para reter esses migrantes nos países de origem.

Objeto do estudo

O problema a analisar é a migração irregular subsariana, neste caso concreto os movimentos migratórios irregulares que poderão advir do abrupto crescimento da população dos países da ASS nas próximas décadas (UNICEF,2014).

O objeto de estudo insere-se na área de investigação “Estudos das crises e conflitos armados”, pois pretendemos analisar de que forma este fluxo migratório irregular poderá ou não contribuir para uma eventual alteração da estabilidade social na UE. Serão analisadas as rotas marítimas no mediterrâneo, em virtude de ser esta via a principal que os migrantes da ASS utilizam para chegar à UE. O estudo inicia-se em 2015 terminando em 2050. Este estudo da migração subsariana não poderá ser realizado em dissociação de análise idêntica em relação à UE no século XXI.

Um dos desafios que no futuro próximo se coloca à UE é o demográfico. Neste contexto, a migração de substituição⁵ (*replacement migration*) é encarada como uma alternativa para mitigar o problema. O recurso à mão-de-obra imigrante em idade ativa tem constituído a resposta que o sistema económico tem vindo a desenvolver face às restrições demográficas. Com efeito, a população da UE continuará a crescer, embora lentamente, devido à imigração e deve atingir um pico populacional em 2025. No restante século XXI, as projeções indicam que mesmo recebendo um crescente contingente de imigrantes a UE vai sofrer um declínio populacional (Nations,2015).

Fixa-se o primeiro quadrimestre de 2017 como limite para a análise e recolha de informação.

Objetivos da investigação

⁵ Refere-se à migração internacional que será necessária para compensar a diminuição do tamanho da população, diminuição da população em idade ativa bem como compensar o envelhecimento geral da população (Unidas, 2016)



O objetivo geral é apresentar um estudo que analise os fluxos migratórios irregulares da ASS até 2050 e as suas implicações para a estabilidade social da UE. Os europeus veem o terrorismo, o crime organizado e o extremismo religioso como os principais desafios para a UE e percebem a vinda desses migrantes como uma ameaça à estabilidade social e à sua segurança (Eurobarometer, 2015).

Nos anos 2015 e 2016 o terror saiu à rua em vários países. Na UE a maioria dos terroristas são recrutados da terceira e quarta geração de imigrantes que escolheram os países comunitários para recomeçarem as suas vidas.

O ataque ocorrido em Manchester no dia 22 de maio de 2017 no Reino Unido é exemplo disso, um jovem de 22 anos de nome Salman Abedi fez-se explodir junto à Manchester Arena. Nascido naquela cidade britânica, era o segundo mais novo de quatro irmãos. Os seus pais são cidadãos líbios que fugiram do regime do ditador Muamar Kadafi (Vanesa, 2017).

No entanto, salienta-se que apesar dos vários milhões de migrantes que vivem na UE rejeitam parcialmente o estilo de vida ocidental, apenas uma minoria milita a favor dos grupos radicais e hostis ao Ocidente (Ranstorp, 2010).

Tendo como fio condutor o objetivo geral define-se três objetivos específicos. O primeiro consiste em analisar os fluxos migratórios irregulares dos países subsarianos com destino à UE, as suas causas e eventual incremento. O segundo pretende identificar que medidas estão a ser implementadas atualmente e as que poderão ser tomadas na UE para lidar com o fluxo de imigrantes irregulares. O terceiro e último visa identificar o risco das migrações oriundas da ASS na ótica da segurança interna.

Questões da investigação

Tendo em consideração o objetivo geral da investigação foi formulada uma Pergunta de Partida (PP) que servirá de guia ao longo da elaboração deste estudo.

Tabela 1 – Pergunta de Partida

PP
Quais as implicações sociais para a União Europeia, dos fluxos migratórios irregulares oriundos dos países da África Subsariana expectáveis até 2050?

Fonte: (Autor, 2017)



De modo a responder à pergunta de partida, foram identificadas três Perguntas Derivadas (PD) e para cada uma delas, deduzida uma Hipótese (H), que se pretende validar ou refutar ao longo do trabalho.

Tabela 2 – Perguntas Derivadas e Hipóteses

PD 1	Quais os motivos do fluxo migratório massivo da população dos países da África subsariana em direção à UE?
H1	As condições de subsistência e da segurança da vida humana nos países de origem continuam inferiores às dos países de acolhimento e em alguns casos tende a regredir.
PD 2	Como é que a UE faz a gestão migratória dos migrantes irregulares?
H 2	A gestão migratória feita na UE permite que os migrantes sejam acolhidos pelos cidadãos da UE e assim efetivar-se a sua integração na sociedade.
PD 3	O fluxo de migrantes irregulares em idade ativa dos países da África Subsariana contribuem para a instabilidade social na UE?
H3	Os imigrantes em idade ativa recém-chegados quando defraudadas as suas expectativas, são alvos fáceis da propaganda de grupos que agem à margem da Lei, sendo redirecionados para o mundo da criminalidade.

Fonte: (Autor, 2017)

Breve síntese da metodologia da investigação

A metodologia utilizada na presente investigação alicerça-se no raciocínio hipotético-dedutivo e utiliza uma estratégia de pesquisa qualitativa.

Durante a pesquisa exploratória verifica-se que alguns dados sobre a UE referem ora uma UE com 28 ou com 27 membros, dada a saída do Reino Unido, tendo o autor optado por colocar ambas as informações pela relevância da informação obtida.

O percurso de investigação iniciou-se com uma fase exploratória, através de entrevistas exploratórias e de leitura preliminar, que permitiu o enquadramento e concetualização geral do tema e a identificação das necessidades de informação, estabelecendo assim a metodologia a seguir.

Este exercício permitiu a identificação do objeto de investigação, respetiva delimitação e clarificar o problema a investigar. Com a informação reunida procedeu-se à reformulação da pergunta de PP, derivadas e hipóteses.

O percurso da investigação assenta nos fundamentos estabelecidos nas Orientações Metodológicas para Elaboração de Trabalhos de Investigação no Instituto Universitário Militar (IUM), de janeiro de 2016 (Santos, et al.,2016).



Organização do Estudo

O estudo da investigação é composto por quatro partes: a introdução, o corpo, as conclusões e os anexos e apêndices.

O corpo do relatório é constituído por cinco capítulos. O primeiro capítulo contém o enquadramento da investigação, conceptualizando o problema e indicando a metodologia seguida. Refere o corpo de conceitos, o contexto teórico, o estado da arte, a estratégia e desenho da pesquisa, as fases do percurso metodológico e as técnicas de recolha e análise de dados. O segundo capítulo é dedicado à caracterização do fenómeno migratório Subsariano. No terceiro capítulo é efetuada uma avaliação da forma como a UE têm gerido os fluxos imigratórios. O quarto capítulo identifica os desafios que os fluxos imigratórios originam no espaço da UE. No quinto capítulo é realizado uma análise como a UE pode gerir os fluxos migratórios, bem como as ameaças e oportunidades (análise SWOT) que lhes estão associadas e qual o seu impacto e serão elencadas possíveis medidas para mitigar as ameaças e potenciar as oportunidades relacionadas com o fenómeno.

Na terceira parte do trabalho são apresentadas as conclusões e as recomendações resultantes da investigação efetuada e referidos os contributos para ampliar o conhecimento sobre a matéria estudada, tendo por base a avaliação e reflexão sobre os resultados obtidos.

A quarta parte será constituída pelos anexos e apêndices que complementam e explicitam alguns aspetos do corpo do relatório.

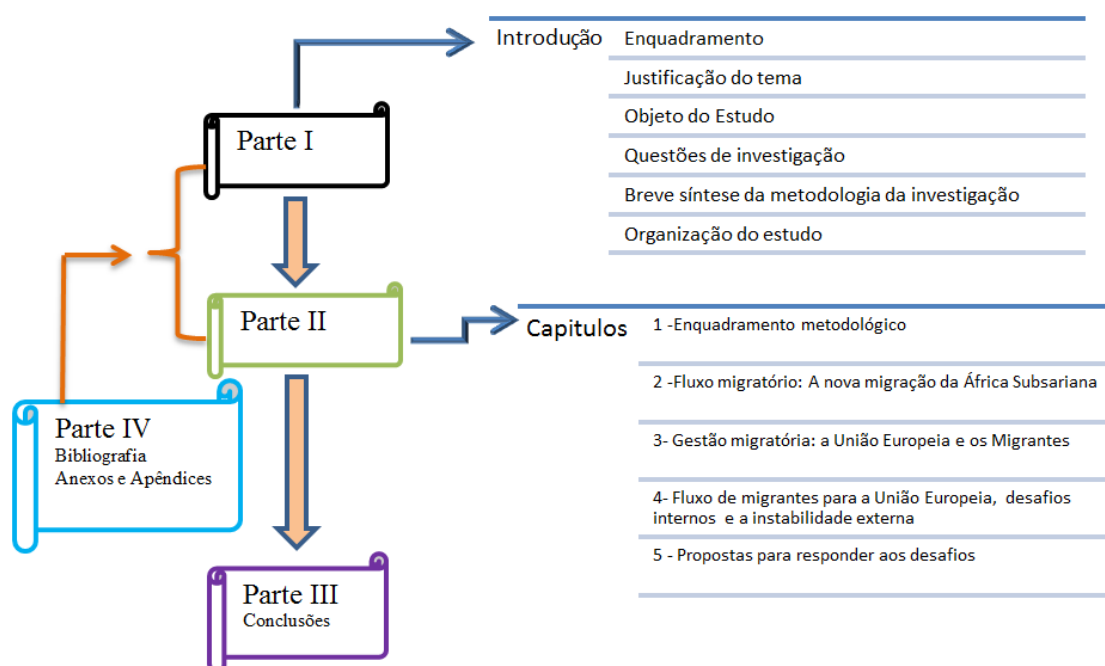


Figura 1 – Organização do Estudo

Fonte: Autor, 2017



1. Enquadramento metodológico

1.1. Concetualização da problemática

Para uma melhor compreensão dos fenómenos estudados apresenta-se no Anexo A um corpo de conceitos que alicerçam a base concetual do trabalho, contemplando as definições de “refugiado”, “migração”, “asilo”, “fluxo migratório”, “imigrante irregular”, “deslocado interno”, “reunificação familiar”, entres outras.

Os grandes movimentos migratórios, seja de imigrantes, seja de refugiados, são acompanhados, habitualmente, de fenómenos marginais de aproveitamento e exploração das dificuldades e sofrimentos humanos.

Este trabalho focar-se-á nos imigrantes oriundos dos países da ASS que escolherão a UE para o seu novo lar e na sua tentativa de integração, principalmente os de idade ativa que estarão sujeitos a ser explorados pelos seus empregadores e influenciados por grupos que apelam à violência.

A angariação de imigrantes para integrarem grupos que incitam a violência não corresponde a contextos do passado. Constantemente se verificam na comunicação social narrativas impressionantes de ataques perpetrados por estes elementos recentemente convertidos a causas que não se enquadram na sociedade onde estão inseridos.

Nos últimos anos, sobretudo após o trágico atentado terrorista de Nova Iorque (11 de Setembro de 2001), com réplicas em Bali, Madrid, Londres e Bombaim, os Estados da UE despertaram para o imperativo de criar todas as condições no sentido da preservação da respetiva segurança ou, melhor dizendo, da segurança dos seus cidadãos. Vários Estados-Membros, cujo número tem vindo a aumentar, se depararam com a necessidade de traduzir aquele imperativo em documentos integradores.

O trabalho segue uma abordagem prospetiva, da atualidade até 2050, que visa perspetivar as ameaças e os riscos que o fluxo de migrantes irregulares da ASS os caracterizam, considerando o ambiente de segurança da UE.

Os temas abordados encontram-se sistematizados em três grupos: migração irregular, segurança humana e instabilidade social.

No que diz respeito ao controlo da migração irregular, realça-se que a Europol estima que mais de 90% dos migrantes que chegam à Europa pagaram a grupos e/ou redes do crime organizado (Europol, 2016). Por conseguinte, uma vez que não entraram no território da UE



por vias legais, são denominados como migrantes “em situação irregular” ou “migrantes irregulares⁶”.

Na mesma ordem, identificam-se redes de contrabando, que além de contribuírem largamente para o aumento do número de mortes de migrantes irregulares, podem também estar intrinsecamente relacionadas com grupos terroristas, ao ser um veículo para a deslocação de criminosos para dentro do seio da UE.

A Comissão Europeia, a 27 de maio de 2015, apresentou o Plano de Ação contra o Contrabando de Migrantes, cujo objetivo vai além do combate a este tipo de crime. Tem como propósito mais abrangente resolver as causas profundas da migração irregular, anunciado na Agenda Europeia para a Migração (COM, 2015b).

No que compete à segurança humana, são identificados como os principais quadros conceptuais a doutrina da UE e da ONU. Ao nível da UE realça-se como uma das principais referências doutrinárias o relatório de Barcelona, de 2004, “*A Human Security Doctrine for Europe*”. No quadro da ONU o Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) de 1994 introduziu o conceito de segurança humana, abrindo com a declaração « O mundo jamais viverá em paz se as pessoas não tiverem segurança na sua vida quotidiana » (PNUD, 1994).

As ameaças à segurança humana⁷ passam pela privação dos direitos humanos, terrorismo, drogas, poluição, entre outros, e as suas consequências não se repercutem apenas num indivíduo mas ultrapassam fronteiras (PNUD, 1994: Pág. 1-4).

A Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, apesar de ser um instrumento não vinculativo, consagra o direito de todos os indivíduos circularem livremente, bem como o direito de abandonar o país, seja este o seu país de origem ou não, tal como, o direito de toda a pessoa sujeita a perseguição procurar e de beneficiar de asilo em outros países (Kleinschmidt, 2006, Pág. 9).

Deste modo, políticas migratórias que imponham restrições e dificuldades aos migrantes, favorecendo os interesses estatais, violam os direitos humanos. Assim, a segurança humana das migrações implica que os próprios migrantes sejam subjetivamente tidos em conta na elaboração e aplicação das políticas migratórias. A ênfase da segurança humana encontra-se na proteção dos indivíduos da violência e no respeito pelos direitos individuais (Aiken, 2009, Pág. 12).

⁶ Ver Corpo de conceitos – Anexo A

⁷ Ver Corpo de conceitos – Anexo A



Relativamente à instabilidade social, destaca-se que os estados que não conseguem garantir as necessidades básicas (sistema de saúde, redes de saneamento, etc.) da sua população enfrentam maior risco de instabilidade e conflito. (Borges e Rodrigues, 2016)

As sociedades são organismos vivos e como tal evoluem a ritmos lentos. A imigração em grande escala acelera os ritmos de mudança e acentua os seus efeitos, em simultâneo a visibilidade étnica/racial/cultural torna-se difícil de ignorar. As sociedades modernas estão estruturadas em torno de uma noção de imutabilidade e, ao serem modificados os símbolos e os mitos que compõem uma nação, alimentam-se de situações de receio em relação aos migrantes e à instabilidade social (Papademetriou, 2008).

Nos últimos anos identificaram-se alguns fenómenos que podem potenciar instabilidade social, como a mediatização de fenómenos associados a certa criminalidade com imigrantes, como são os casos de confronto com as forças policiais. A concentração espacial das comunidades de imigrantes em programas de realojamento habitacional é uma solução que facilita a exclusão social e potencia fenómenos de “enclausuramento” e marginalização (Costa, 2012).

O envolvimento de uma pequena parte dos imigrantes em atos violentos com motivações políticas tem sido responsável pelo agravamento das tensões com os cidadãos de origem nacional, levando muitos líderes políticos europeus a reear o aumento da radicalização entre os jovens de origem imigrante, uma preocupação que incide principalmente sobre os jovens muçulmanos (Papademetriou, 2008).

As migrações, de modo especial a ilegal, são frequentemente apresentadas como ameaça à ordem pública e às identidades nacionais, geradoras de resistência e alguma tensão social (Rodrigues e Ferreira, 2013).

Por forma a avaliar o real ou aparente sentimento de instabilidade social na UE, iremos focar-nos em alguns indicadores, como os de migração ilegal, ataques terroristas, religião e desemprego, que serão analisados no capítulo quatro. A escolha destes indicadores está relacionado com o estudo realizado pela COM em 2015, figura nº 16 (COM, 2015d), em que estes foram os mais aludidos comparativamente a um mesmo estudo realizado em 2011.

1.2. Metodologia de investigação e modelo de análise

O percurso de investigação permitiu a identificação do objeto de investigação, respetiva delimitação e encontrar a problemática do objeto a investigar. Com a informação



reunida procedeu-se à elaboração do refinamento da pergunta de partida, derivadas e hipóteses.

O percurso da investigação assenta nos fundamentos estabelecidos nas Orientações Metodológicas para Elaboração de Trabalhos de Investigação no IUM, de janeiro de 2016 (Santos, et.al.,2016).

A metodologia utilizada na presente investigação alicerça-se no raciocínio hipotético-dedutivo e utiliza uma estratégia de pesquisa qualitativa.

O desenho de pesquisa recorre ao estudo de caso e foi selecionado face à natureza e atualidade do fenómeno social a ser analisado, possibilitando, por esta via, uma descrição e compreensão específica dos fluxos emigratórios dos países da ASS para UE.

Os fluxos migratórios são caracterizados pela deslocação de pessoas, em geral, de regiões ou países menos favorecidos para outras regiões ou países, em geral, com um nível de vida melhor. Esta ação implica uma deslocação física, bem como uma alteração da residência, do trabalho e dos laços sociais.

O estudo de caso presente neste trabalho assume uma perspetiva descritiva, centrando no objetivo geral, apresentando um estudo que analise os fluxos migratórios irregulares da ASS até 2050 e as suas implicações para a estabilidade social da UE.

Neste estudo de caso será efetuada uma análise às razões do incremento dos fluxos migratórios da ASS, averiguando as causas que levarão a esse aumento e o seu eventual contributo para o aumento da instabilidade social na UE. Identificamos ainda as rotas mais utilizadas pelos migrantes subsarianos, salientando as razões da escolha de uma em detrimento das outras.

A investigação prosseguirá com uma análise dos mecanismos da UE para lidar com o fenómeno, à luz da doutrina de segurança. No que respeita às técnicas de recolha de dados será utilizada a análise documental.

A compreensão dos dados recolhidos foi baseada no conceito operativo, de modo a possibilitar a identificação das medidas que podem ser construídas para aperfeiçoar a capacidade de resposta da UE aos fluxos migratórios. A observação do conteúdo e a interpretação dos elementos recolhidos destinam-se a proporcionar a reflexão e a aprovar as medidas propostas.

Os elementos recolhidos serão sistematizados, analisados e interpretados coadjuvados com uma análise SWOT (*“Strengths, Weakness, Opportunities and Threats”*), permitirá retirar conclusões sobre a problemática da investigação e, bem assim, propor



algumas medidas, em resposta à pergunta de partida e derivadas tendo presente as hipóteses inicialmente formuladas.



2. Fluxo migratório: A nova migração da África Subsariana

As migrações assumem-se como um dos fenómenos na história da humanidade que mais consequências têm tido a diversos níveis, tanto social, cultural, económico ou político. Na UE, a migração, seja qual for a forma que assume, faz parte da realidade passada, atual e provavelmente futura. A globalização e a melhoria das acessibilidades incrementaram as possibilidades de mobilidade.

2.1. Desequilíbrios demográficos UE versus ASS

A UE é constituída por 27 países (figura nº 2), após a saída do Reino Unido. Em 1900, os países que atualmente constituem a UE representavam cerca de 25% da população mundial (figura nº 3), ao passo que, em 2060, deverá representar menos de 5%. Nessa altura, nenhum Estado-Membro terá mais de 1% da população mundial (COM,2017c).

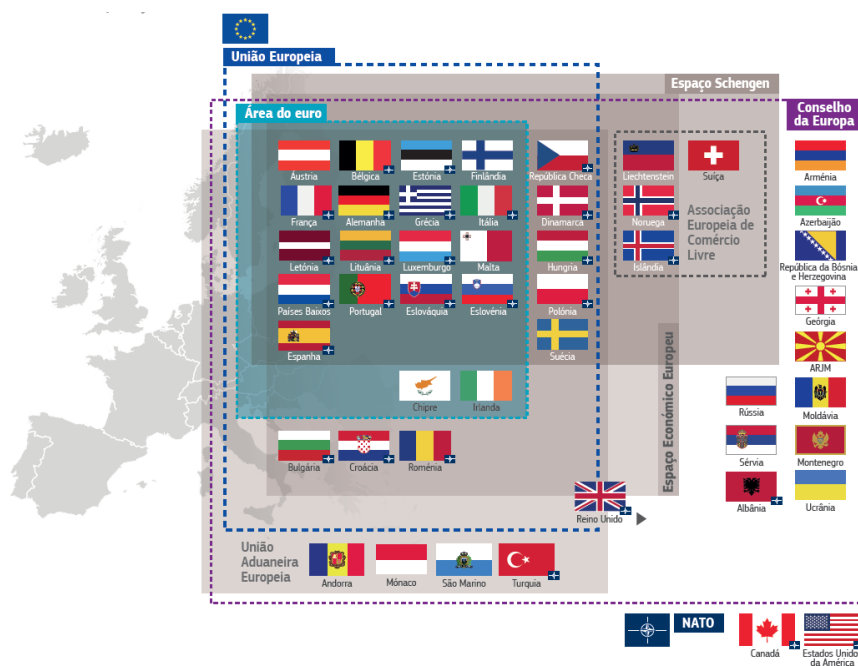


Figura 2 – União Europeia e a relação com outros países

Fonte: (Comissão Europeia, 2017c)

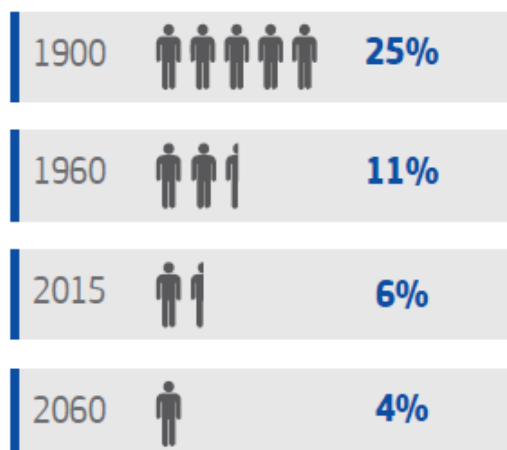


Figura 3 – União Europeia e a população Mundial

Fonte: (COM, 2017c)

Com a evolução demográfica o poder económico da Europa deverá enfraquecer em termos relativos, estimando-se que represente menos de 20% do PIB mundial em 2030, contra cerca de um quarto atualmente (figura nº 4) (COM,2017c).

	2004	2015	
Estados Unidos da América	28%	24%	↘
UE-27	26%	22%	↘
Japão	11%	6%	↘
Reino Unido	5%	4%	↘
China	5%	15%	↗
Canadá	2%	2%	→
México	2%	2%	→
Brasil	<2%	2%	↗
Índia	<2%	3%	↗
Resto do Mundo	18%	21%	↗

Figura 4 – União Europeia e o PIB Mundial

Fonte: (COM, 2017c)

Esta evolução demográfica está a fazer com que a UE esteja a envelhecer rapidamente e a esperança de vida esteja a crescer atingindo níveis sem precedentes. Com uma média etária de 45 anos a UE já em 2030 será a região mais «velha» do mundo (COM,2017c).

Em contra ciclo a população da África segundo o relatório da UNICEF “Geração 2030 -Relatório sobre África”, com elevadas taxas de fecundidade e o número crescente de mulheres em idade reprodutiva significam que ao longo dos próximos 35 anos, perto de 2 milhões de bebés vão nascer em África; a população do continente duplicará; e a população de menores de 18 anos aumentará dois terços, chegando perto de mil milhões de crianças (UNICEF,2014).

Uma das conclusões mais importantes do relatório é uma alteração muito significativa da população infantil em África. As projeções apontam para que, em 2050, cerca de 40 por cento de todos os nascimentos ocorrerão em África, e cerca de 40 por cento de todas as crianças irão viver neste continente, contra os 10 por cento de 1950 (UNICEF,2014).

Dados sobre a evolução da população africana mostram que o crescimento populacional decorrerá principalmente na região Subsariana do continente.

A ASS corresponde à região do continente africano que se estende desde o Sahel até o extremo Sul, figura nº 5. É constituída por populações de baixos rendimentos, e alguns apresentam indicadores socioeconómicos aquém das expectativas com carências nos setores cruciais, como a saúde, a educação e transportes, e uma grande parcela das suas populações vive abaixo do limiar da pobreza.



Figura 5 – Região da África Subsariana

Fonte: (Mundo, 2017)

A pobreza depende do desenvolvimento relativo alcançado por determinada região ou país. Desde 1990, que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) tem utilizado o IDH para medir os níveis de pobreza. O IDH dos países da ASS colocam-nos nos últimos da lista mundial conforme é possível constatar na tabela nº 6.

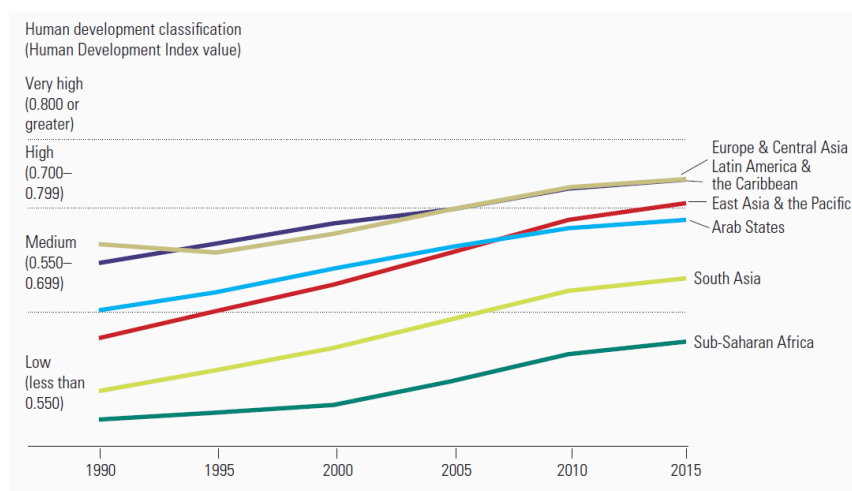


Figura 6 – IDH por regiões do mundo

Fonte: Human Development report, 2016

Na figura nº 7 apresentam-se quatro dos cinco países africanos mais populosos de hoje (exclui-se a Nigéria, que cresce tanto que tornaria as outras linhas do gráfico ilegíveis, por tão pequenas).

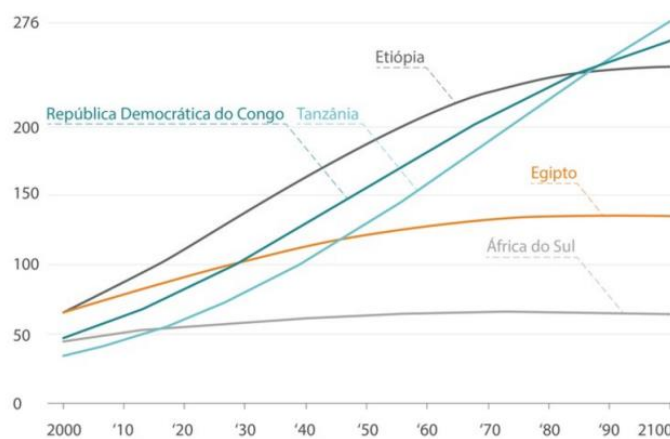


Figura 7 – População de países africanos em milhões

Fonte: Generation 2030, 2014

2.2. Migração da África Subsariana

As migrações africanas são relevantes, tanto em termos de *rácio* relativamente à população do continente, como em números absolutos, quando comparados com outras zonas do mundo. Dos 200 milhões de migrantes estimados em 2006, a nível internacional,

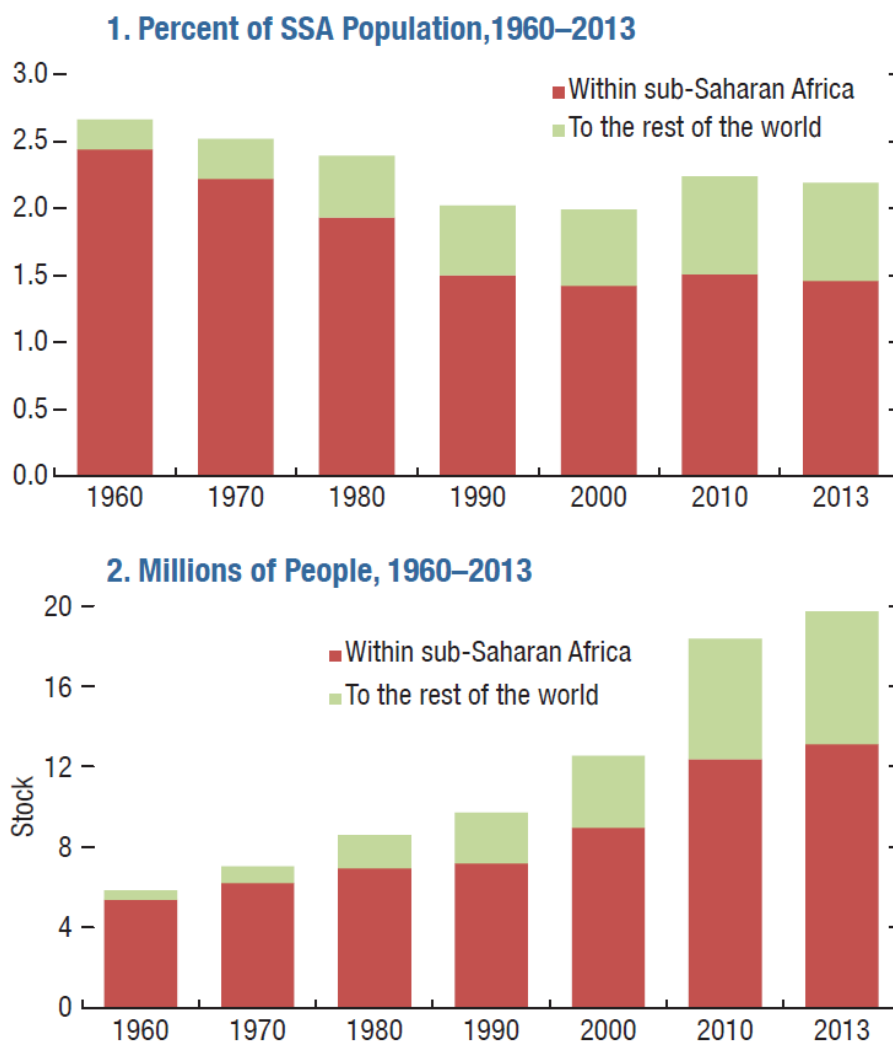


cerca de um terço são de origem africana (incluindo o Norte de África) (UA, 2008). África representa, ainda, um terço dos refugiados e metade dos deslocados internos do planeta (UNCHR, 2016).

Os países da ASS encontram-se numa situação de crise económica de onde é difícil sair. Por um lado a globalização, em que as grandes potências ocidentais provocam uma marginalização relativamente ao acesso dos países da ASS ao comércio mundial; por outro lado, devido às suas dimensões e ao seu desenvolvimento industrial, encontram-se sob o peso do endividamento externo de índole estrutural, descapitalizados e carentes de suprimentos externos essenciais e estratégicos.

Em pleno século XXI, os acessos tanto aos países como às redes de comunicação e transportes estão mais desenvolvidos e por isso é hoje mais rápido e fácil viajar. O mesmo sucede com o acesso à informação disponível sobre outras realidades. Estes dois aspetos explicam também o expectável aumento de migrantes da ASS com destino à UE.

A migração dos africanos subsarianos está em rápida expansão (figura nº 8). Assim como a população no seu todo, também o número de migrantes duplicou desde 1990, ascendendo a cerca de 20 milhões (2013). Nas próximas décadas, a migração continuará a subir, em linha com o aumento da população em idade ativa, o grupo que tipicamente impulsiona a migração (Gonzalez-Garcia, et al., 2016). Neste estudo iremos analisar estas tendências porque tanto os países de origem como os de destino precisam adotar as políticas corretas para que todos saiam beneficiados.

**Figura 8 – Pessoas em Movimento**

Fonte: (International Monetary Fund, 2016)

Realçam-se duas tendências que dominam a evolução da migração subsariana e que importa distinguir. A primeira por causas securitárias provocadas por fuga às guerras ou perseguições os designados refugiados, diminuíram acentuadamente desde 1990, dentro e fora da região. Em 1990, cerca da metade de todos os migrantes eram refugiados, e esta quota declinou cerca de 10% em 2013. A segunda, a quota de migrantes que deixaram a região por razões económicas registou crescimento constante, tendo aumentado seis vezes entre 1990 e 2013, cerca de um milhão para seis milhões. Em comparação, os migrantes económicos dentro da região triplicaram de quatro milhões para doze milhões (figura nº 9).

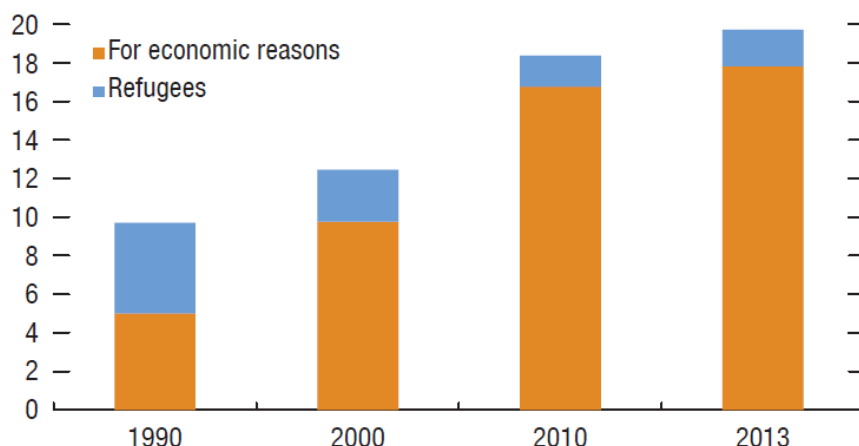


Figura 9 – Migrante económico versus refugiado 1990-2013

Fonte: (International Monetary Fund, 2016)

A migração dentro do continente africano, nomeadamente nos países da ASS é motivada predominantemente pela proximidade geográfica, diferenças de rendimentos, guerras nos países de origem e relativa estabilidade política nos países de destino, para além de vínculos culturais e fatores ambientais como secas ou inundações. São poucos os países da ASS, como a África do Sul, a Nigéria e a Etiópia, que tem um grande número de emigrantes cerca de 0,7 milhões de pessoas. Para os países pequenos, a emigração é proporcionalmente mais importante, como acontece em Cabo Verde, que tem cerca de um terço da sua população fora da região ou São Tomé.(figura nº10).

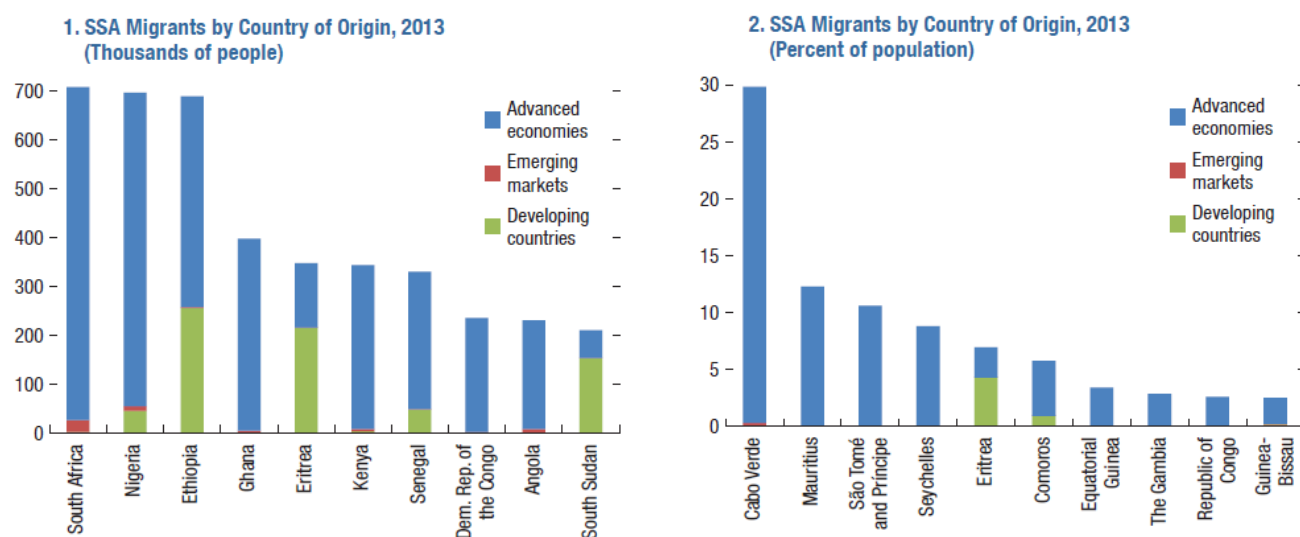


Figura 10 – Migração Subsariana: Principais países de origem

Fonte: (World Bank, 2013)

A migração para o resto do mundo é movida sobretudo pela busca de melhores oportunidades económicas e os principais destinos são as economias avançadas⁸. Cerca de 85% da diáspora subsariana no estrangeiro está nos países membros da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)⁹, nomeadamente nos Estados Unidos, Reino Unido e França são o destino de cerca de 50% dos migrantes da África Subsariana (figura nº11). Dos países pertencentes à OCDE, 20 são membros da UE.

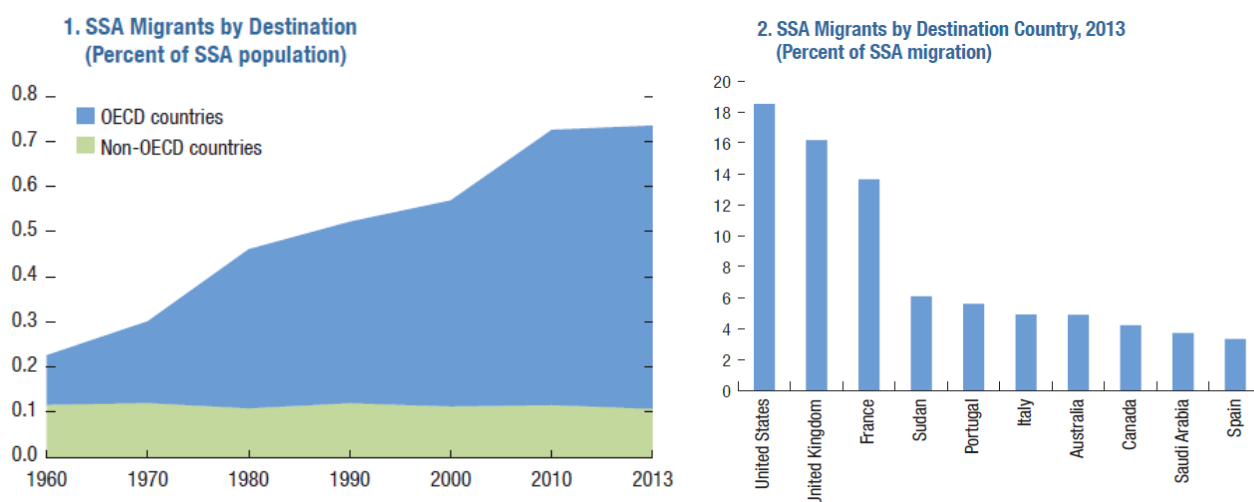


Figura 11 – Migração Subsariana: Países de destino

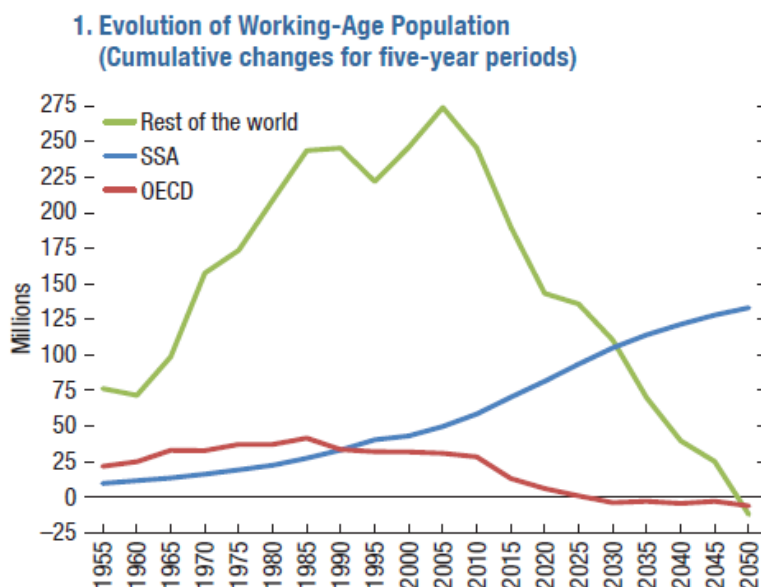
Fonte: (World Bank, 2013)

2.3. Evolução demográfica *versus* evolução da migração

Está em curso uma profunda transição demográfica na região, que continuará a moldar a migração da ASS. A população da região não apenas continuará a crescer rapidamente de cerca de 900 milhões em 2013 para 2 mil milhões em 2050, como também a população em idade ativa. O grupo que em geral alimenta a migração, deve crescer a um ritmo ainda maior, de cerca de 480 milhões em 2013 para 1,3 mil milhões em 2050 (figura nº 12).

⁸ Termo usado pelo Fundo Monetário Internacional para descrever países desenvolvidos. Embora atualmente não haja um valor numérico para determinar se uma economia está avançada ou não, as economias avançadas apresentam elevados índices de produto interno bruto *per capita*, bem como um elevado grau de industrialização.

⁹ Dos 34 países da OCDE 20 são membros da UE. <http://www.oecd.org/>.

**Figura 12 – Mudança Demográfica**

Fonte: (United Nations, 2015)

Dadas estas tendências demográficas e a persistência de grandes diferenças de rendimento entre os países da ASS e as economias avançadas, é provável que a migração aumente. De acordo com as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), que indicam um incremento da imigração subsariana para os países da OCDE dos 6 milhões em 2013, atingindo os 480 milhões em 2040 chegando aos 34 mil milhões em 2050. Estas projeções evidenciam o aumento dos imigrantes da ASS para os países da OCDE de 0,6 por cento em 2010 para 1,7 por cento da população subsariana em 2050. Da mesma forma, dado ao pequeno crescimento esperado para os países da OCDE, o rácio de migrantes subsarianos em relação aos países da OCDE onde se estabelecem aumentará seis vezes nas próximas décadas, de cerca de 0,4 por cento em 2010 para 2,4 por cento até 2050 (figura nº 13).

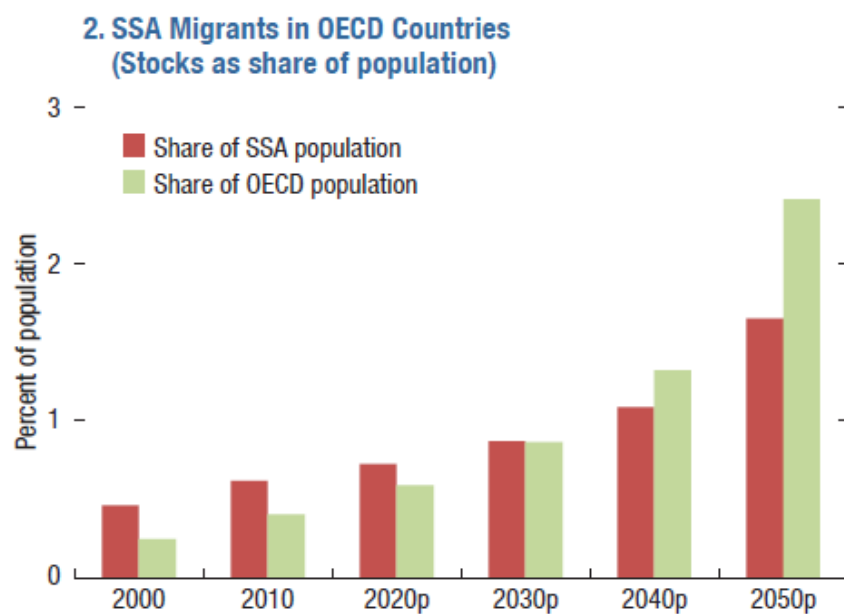


Figura 13 – Migrantes Subsarianos na OCDE

Fonte: (World Bank, 2013)

3. Gestão migratória: a União Europeia e os Migrantes

“Uma política europeia global e virada para o futuro em matéria de migração, baseada na solidariedade, é um objetivo fundamental da UE. A política de migração visa estabelecer uma abordagem equilibrada do tratamento da migração legal, bem como da migração ilegal.”

Parlamento Europeu, 2017

O ano de 2016, foi invulgar na UE, dado que mais de um milhão de refugiados e migrantes procuraram alcançar as suas margens pela rota do Mediterrâneo Central empreendendo perigosas viagens em busca de segurança. Mais de 181.000 pessoas foram detetadas nessa rota nesse ano, a grande maioria conseguiu chegar à Itália. Esse ano também foi um ano recorde em número de vidas perdidas no mar, mais de 4.500 pessoas afogaram-se na tentativa da travessia do mediterrâneo. A rota do Mediterrâneo Central (figura nº 14) tornou-se a rota dominante para os migrantes e refugiados chegarem à UE, como costumava ser antes do aumento das chegadas através do Mediterrâneo Oriental no final de 2015 início de 2016 (COM, 2017d).

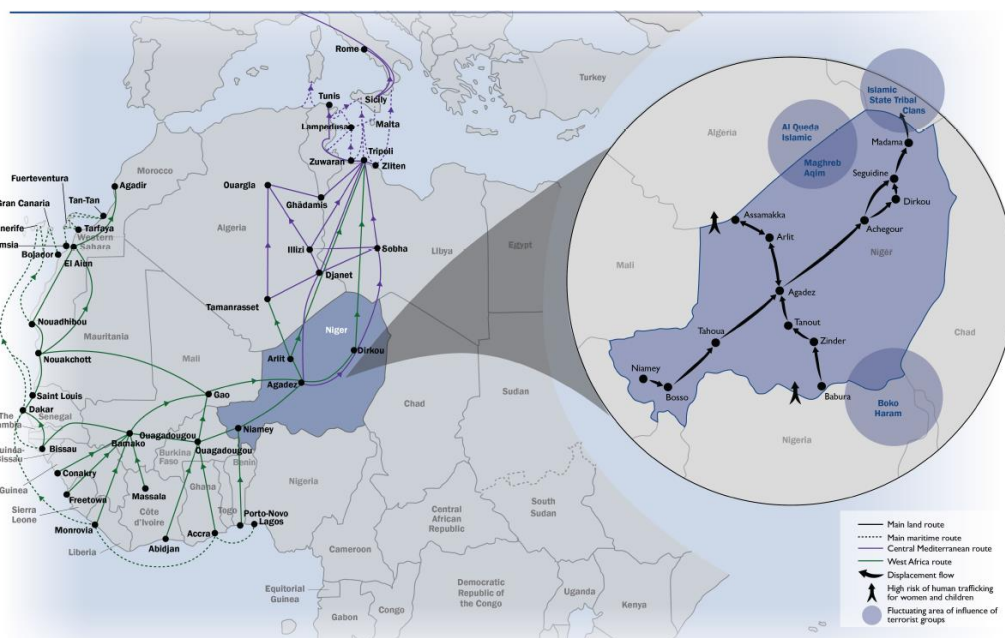


Figura 14 – Rotas de Migração: Níger¹⁰

Fonte: (OIM, 2017b)

¹⁰ <https://missingmigrants.iom.int/>



Existem muitas razões que explicam o crescente influxo de migrantes através da rota do Mediterrâneo Central, a instabilidade na Líbia, mas também fatores mais amplos como conflitos violentos e a situação económica na ASS. É pouco provável que estes facilitadores de migração se dissipem num futuro próximo, resultando em fluxos sustentados que aumentam a pressão nas fronteiras dos membros da UE sendo os mais afetados Itália e Malta.

Dos migrantes que morreram no Mediterrâneo nos últimos quatro anos, em quase todos os casos de naufrágio estes incluíam migrantes que eram oriundos de países da ASS. Na tabela nº 3 podemos observar as pessoas por região que morreram na travessia do mediterrâneo.

Tabela 3 – Mortes no Mediterrâneo: Região de origem dos migrantes

	2014	2015	2016	2017*
<u>Unknown</u>	931	1,312	334	222
<u>Mixed</u>	---	--	3,174	190
<u>Sub-Saharan Africa</u>	1,056	1,241	935	110
<u>Horn of Africa</u>	344	359	30	2
<u>Middle East and South Asia</u>	5	847	397	1
<u>North Africa*</u>	943	25	228	-
Total	3,279	3,784	5,098	525

Fonte: (OIM, 2017b)

*Dados reportados até 13 de abril de 2017

A composição das nacionalidades mostra um fluxo consistente de migrantes da África Subsariana. As dez principais nacionalidades de origem desembarcadas na Itália em 2016 foram a nigeriana (21%), a eritreia (11%), a guineense (7%), a marfim (7%), a gâmbia (7%), o senegalês (6%), o mali 6%), sudaneses (5%), bangladeshianos (4%) e somalianos (4%), nove são países pertencentes à ASS (COM,2017d).

No ano de 2017, de acordo com dados do FRONTEX, nos primeiros 4 meses do ano, as três principais nacionalidades detetadas por rotas utilizadas pelos migrantes oriundos de África são de quatro países da ASS (FRONTEX,2017). Verifica-se assim o contínuo movimento de sul para norte dos migrantes subsarianos com destino à UE, com tendência a aumentar de acordo com projeções já referidas no capítulo dois, continuando a rota do



Mediterrâneo Central a ser a opção da maioria dos migrantes. Na tabela nº 4 é possível visualizar o número de pessoas detetadas nas principais rotas.

Tabela 4 – Rotas de Migração utilizadas pelos migrantes Subsarianos*

	Costa do Marfim	Gâmbia	Guine	Marrocos	Nigéria	Bangladesh
Rota Africana Ocidental	17		37	46		
Rota do Mediterrâneo Ocidental	1724	1104	1483			
Rota Mediterrâneo Central			8550		15937	8660

Fonte: (Frontex, 2017)

*A negrito os países da ASS, dados reportados até 30 de abril de 2017

3.1. Os instrumentos da UE para lidar com a migração

Ao nível da UE, o desenvolvimento de uma política de migração, asilo e integração iniciou-se com o Conselho Europeu de Tampere (1999) e teve um impulso com o Pacto Europeu sobre a Imigração e o Asilo (2008)¹¹ e o Programa de Estocolmo (2009). O Tratado de Lisboa (TL) que entrou em vigor a um de dezembro de 2009 (DGPI,2009) trouxe importantes avanços no que cabe à política migratória e de asilo.

A existência de modelos e realidades de imigração, integração e asilo extremamente diferentes nos vários Estados-Membros da UE, a cedência de autoridade e soberania torna-se um assunto extremamente sensível. Face a esta situação, a UE, com o objetivo de

¹¹ O Pacto estabeleceu cinco compromissos em matéria de política de imigração e asilo da UE: organização da imigração legal, luta contra a imigração irregular, reforço das fronteiras externas da UE, construção do sistema europeu comum de asilo e criação de uma parceria global para a migração e desenvolvimento



completar e harmonizar as políticas nacionais em matéria de imigração e asilo, considera uma política comum que assegure a boa gestão da migração legal para a UE.

Neste contexto o TL estabelece no n.º 2 do art.º 3 que “A União proporciona aos seus cidadãos um espaço de liberdade, segurança e justiça sem fronteiras internas, em que seja assegurada a livre circulação de pessoas, em conjugação com medidas adequadas em matéria de controlos na fronteira externa, de asilo e imigração, bem como de prevenção da criminalidade e combate a este fenómeno.” (UE, 2008, p. 18).

A UE complementarmente tem que adotar medidas que travem a migração irregular, melhore as medidas de acolhimento, ajude ao desenvolvimento, maximize os benefícios do fenómeno migratório para todos os implicados, reforce a cooperação com os respetivos países de origem e torne a Europa num espaço de proteção.

O TL no n.º 1. do art.º 77.º determina que a UE deve desenvolver uma política que vise “assegurar o controlo de pessoas e a vigilância eficaz da passagem das fronteiras externas” e “introduzir gradualmente um sistema integrado de gestão das fronteiras externas” (UE, 2008, p. 97). O TL estabelece, ainda, no n.º 1. do art.º 79.º, que “A União desenvolve uma política comum de imigração destinada a garantir, em todas as fases, uma gestão eficaz dos fluxos imigratórios, um tratamento equitativo dos nacionais de países terceiros que residam legalmente nos Estados-Membros, bem como a prevenção da imigração ilegal e do tráfico de seres humanos e o reforço do combate a estes fenómenos.” (UE, 2008, p. 98).

3.1.1. As políticas da UE

A atenção dada pelas políticas europeias às questões relacionadas com a migração coincide com uma maior preocupação com a segurança, com a mobilidade dentro do espaço da UE e, em matéria de asilo, com uma distribuição desequilibrada de pedidos e admissão de refugiados.

A UE começou a criar um quadro legislativo e político para lidar com os desafios da migração a partir de 1992, ano em que foi assinado o Tratado Maastricht. Mais tarde, em 1997, o Tratado de Amesterdão atribuirá à UE o objetivo de se desenvolver como um espaço de liberdade, segurança e justiça, transferindo às instituições europeias a competência legislativa em matéria de imigração, fronteiras e asilo (Eurocid, 2017).

Progressivamente, a UE adotou políticas comuns baseadas numa abordagem supranacional e abrangente, que equilibra a migração económica e humanitária, e iguala os direitos e obrigações dos cidadãos europeus e dos migrantes (ver anexo B).



A «Abordagem Global para a Migração e a Mobilidade», adotada pela Comissão em 2011, estabelece um quadro geral para as relações da UE com países terceiros em matéria de migração. Esta abordagem inclui quatro pilares: a imigração legal e a mobilidade, a imigração ilegal e o tráfico de seres humanos, a proteção internacional e a política de asilo, bem como a maximização do impacto da migração e da mobilidade sobre o desenvolvimento. O Programa de Estocolmo, adotado em dezembro de 2009 para suceder aos programas plurianuais de Tampere (1999) e de Haia (2004), chegou ao seu termo em dezembro de 2014. Em março de 2014, a Comissão publicou uma nova comunicação, intitulada «Como conseguir uma Europa aberta e segura», em que expunha a sua visão relativamente à futura agenda para os Assuntos Internos. Em conformidade com o artigo 68.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), o COM definiu, em seguida, as «orientações estratégicas da programação legislativa e operacional no espaço de liberdade, segurança e justiça» para o período 2014-2020 (PE,2017a).

Com base numa proposta apresentada pela COM (plano de ação de dez pontos- Anexo C), os Estados-Membros comprometeram-se, em 23 de abril de 2015, a tomar rapidamente medidas para salvar vidas e intensificar a ação da União no domínio da migração. Em 13 de maio de 2015, a COM adotou uma agenda europeia em matéria de migração. A Agenda propõe medidas imediatas para fazer face à situação de crise que reina no Mediterrâneo, bem como as ações a empreender nos próximos anos com vista a assegurar uma melhor gestão dos fluxos migratórios em todos os seus aspetos, Anexo D (COM,2015c).

3.1.2. As Estratégias da UE

A UE tem vindo a estabelecer ao longo do tempo um vasto número de estratégias globais, comuns e viradas para o futuro em matéria de migração, baseadas na solidariedade entre os Estados-Membros, Anexo E.

No quadro das orientações estratégicas para o período de 2014-2020, o Conselho Europeu de 26-27 de junho de 2014 reiterou a necessidade de a Europa promover a imigração legal e a proteção das pessoas que dela necessitam, reforçar a luta contra a migração irregular, agindo sobre as suas causas profundas, e intensificar a cooperação com os países de trânsito e de origem, de acordo com o princípio «mais por mais»¹² (ARLEM,2014).

¹² Segundo o qual a União desenvolve parcerias mais fortes com os vizinhos que conseguem realizar mais progressos em prol de uma reforma democrática.



A UE visa gerir os fenómenos migratórios com o intuito de maximizar o impacto positivo destes na sociedade e na economia, garantindo a segurança no espaço europeu.

3.1.3. Integração dos migrantes na UE

A Diretiva 2003/86/CE estabelece disposições relativas ao direito ao reagrupamento familiar. Dado que, no relatório de execução de 2008, se chegou à conclusão de que a diretiva não estava a ser aplicada de forma plena e correta nos Estados-Membros, a Comissão publicou uma comunicação, em abril de 2014, para orientar os Estados-Membros sobre as modalidades da respetiva aplicação (PE,2017a).

As vantagens da imigração só se concretizarão se os imigrantes se integrarem com êxito no país de acolhimento. A sociedade que os acolhe deverá permitir-lhes participar plenamente na sociedade, onde terão a oportunidade de trabalhar, estudar, aprender a língua, gozar dos mesmos direitos que os cidadãos da UE e de criar um sentimento de pertença, e por sua vez, os imigrantes terão de respeitar as normas e os valores da mesma, participando ativamente e contribuindo para o desenvolvimento económico e social e para a diversidade cultural da UE. Todas as medidas relacionadas com a integração dos migrantes são da responsabilidade de cada Estado-Membro, mas a UE cria os princípios fundamentais comuns a seguir pelos países no desenvolvimento das respetivas políticas neste domínio, promovendo a cooperação entre os países para que os imigrantes beneficiem de direitos e oportunidades semelhantes em todo o território europeu (EUROCID,2017).

A competência da UE no domínio da integração é limitada. Entre os instrumentos em vigor figuram o Fórum Europeu sobre Migração (anterior Fórum Europeu sobre a Integração); o Portal Europeu sobre a Integração; e a rede dos pontos de contacto nacionais para a integração (PE,2017a).

O processo de integração na UE tem-se desenvolvido desde a adoção do Programa de Tampere em 1999. Mais tarde, em 2004 foram adotados os denominados Princípios Básicos Comuns para a política de integração dos imigrantes, princípios que foram criados com o intuito de ajudar os Estados-Membros na formulação de políticas de integração e avaliar os mecanismos e das políticas ao nível da UE, a fim de apoiar a evolução futura da política de integração. Em 2005, a COM lançou a Agenda Comum para a Integração. Em 2009, foram



criados dois instrumentos para abordar a questão da integração: o Fórum Europeu sobre a Integração e o Portal Europeu sobre a Integração .(EUROCID,2017)

Em 2011 foi adotada a Agenda Europeia para a Integração dos Nacionais de Países Terceiros, centrada nas ações destinadas a aumentar a participação económica, social, cultural e política dos migrantes (PE,2017a).

Esta agenda salientou os desafios que devem ser resolvidos para que a UE possa beneficiar plenamente do potencial oferecido pela migração e do valor da diversidade. Para além disto, criou o documento SEC (2011) 957 final com uma lista de iniciativas para apoiar a integração de nacionais de países terceiros. Em janeiro de 2015, o Fórum Europeu sobre a Integração alargou o seu âmbito de ação para se tornar o Fórum Europeu sobre Migração (EUROCID,2017).

Por fim, a Comissão apresentou, em junho de 2016, um plano de ação constituído por um quadro de medidas e iniciativas concretas destinado a ajudar os Estados-Membros a integrar os cerca de 20 milhões de nacionais de países terceiros com residência legal no território da União (PE,2017a).

O ACNUR também apresentou um relatório para a integração de refugiados recolocados em 2016 (UNHCR,2016).



4. Fluxo de migrantes para a União Europeia, desafios internos e a instabilidade externa

“Não quero que a minha casa seja cercada de muros por todos os lados, nem que as minhas janelas sejam tapadas. Quero que as culturas de todas as terras sejam sopradas para dentro da minha casa, o mais livremente possível. Mas recuso-me a ser desapossado da minha por qualquer outra”

Mahatma Gandhi, 1921

Os fluxos de migrantes são um fenómeno complexo e preocupante, que tem colocado enorme pressão sobre as autoridades nacionais, regionais e locais em todos os países da região euro-mediterrânica.

A existência de um grande número de migrantes na UE e salientando os que se encontram ilegais constituirá um risco para a segurança da união.

Um dos aspetos que importa focar é a tradicional visão de segurança. Tradicionalmente ligada à existência de inimigos, não responde hoje por não ser abrangente à realidade de um ambiente dominado por ameaças normalmente não incluídas na tipologia da guerra e conflitos. Refira-se às ameaças diárias às nossas vidas e bem-estar, o insucesso económico, a pobreza, conflitos étnicos, atentados ambientais, crime organizado, terrorismo, etc. De acordo com a chamada Escola de Copenhaga, o nome porque ficou conhecido um corpo de conceitos desenvolvido no *Conflict and Peace Research Institute* de Copenhaga, nos finais de 90, passaram-se a identificar cinco categorias de segurança: militar, económica, social, política e ambiental (Internacionais, 2013).

No campo da segurança há que primeiro clarificar o termo ameaça, de acordo com um painel das NU (Nations, 2004) a ameaça é hoje entendida como “Qualquer acontecimento ou processo que cause mortes em grande escala ou redução maciça das expectativas e que enfraqueça o papel do Estado como unidade básica do sistema internacional”. Este conceito permite a inclusão das ameaças consideradas não tradicionais à segurança, com implicações graves, como é o caso de flagelo da SIDA, catástrofes naturais, o tráfico de seres humanos, entre outros.



A UE é um lugar estável e onde é visível o livre movimento dos seus cidadãos, num mundo onde reinam a discórdia e a divisão. Dos 25 países considerados como os mais pacíficos do mundo, 15 pertencem à UE (figura nº 15).

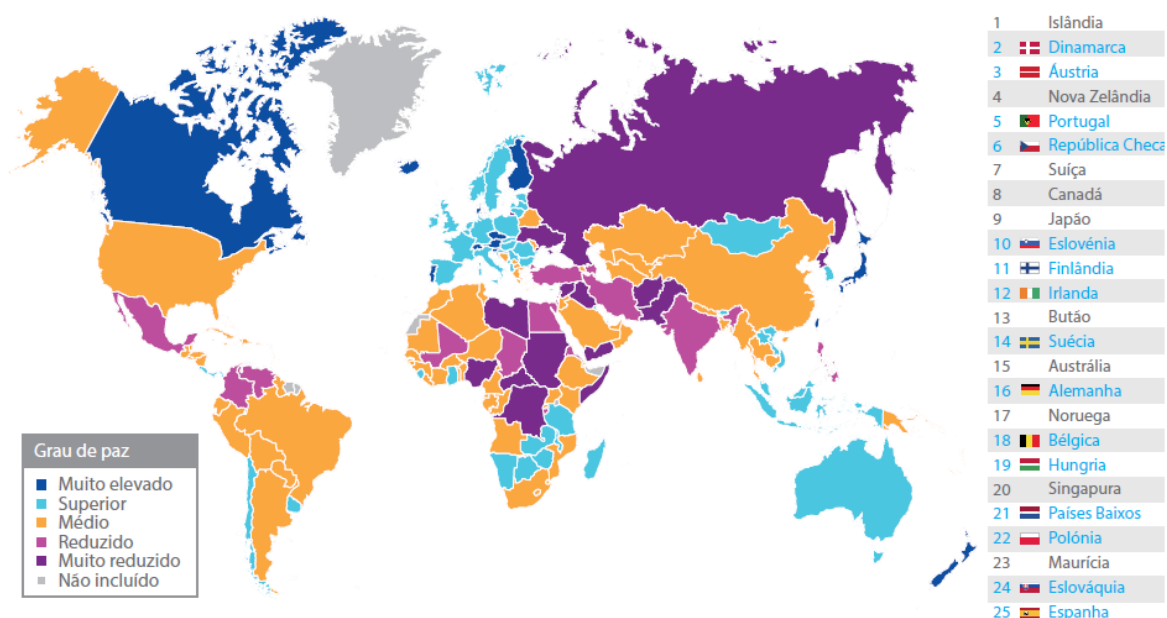


Figura 15 – Os 25 países mais pacíficos no mundo

Fonte: (Global Paz Index, 2016)

4.1. Desafios Internos

Os desafios à UE são dos mais diversos e todos interligados; fortalecer as instituições europeias e a consolidação da governação económica, avançar com mecanismos de estabilização da zona euro, a criação de emprego, estimular o crescimento interno, e reforçar a competitividade externa, assim como responder às ansiedades das populações europeias na legitimação política e contrariar o fortalecimento de forças antieuropeias (Janus,2014).

No entanto, o efeito dos recentes atentados terroristas tem abalado a nossa sociedade e veio reforçar os receios dos cidadãos da UE conforme é possível verificar num inquérito realizado em 2015 (COM,2015d). A população da UE percebe o terrorismo como o principal desafio para a segurança e esta percepção aumentou consideravelmente desde 2011 (figura nº 16).

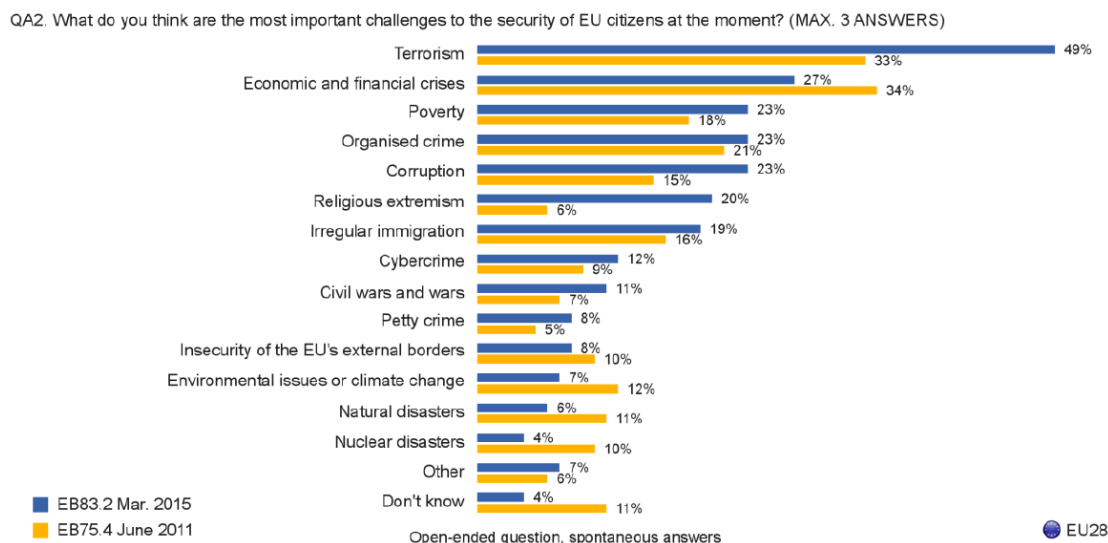


Figura 16 – Atitude e Percepção dos Europeus em relação à Segurança

Fonte: (Comissão Europeia, 2015)

O esbatimento progressivo da distinção entre ameaças internas e externas está a mudar a forma como os cidadãos concebem a segurança pessoal e das fronteiras.

As tensões que induzem a migração irão incrementar os fluxos nomeadamente dos países da ASS, à medida que se fizerem sentir os efeitos do crescimento demográfico, das tensões generalizadas e das alterações climáticas.

A crise dos refugiados, que levou ao fluxo de 1,2 milhões de pessoas para a UE em 2015 (EUCOM,2017b), assume uma escala sem precedentes desde a Segunda Guerra Mundial. Esta situação tem provocado debates acesos sobre as noções de solidariedade e responsabilidade entre os Estados-Membros, alimentando um questionamento mais generalizado sobre o futuro da gestão das fronteiras e da livre circulação na Europa.

4.1.1. O Espaço Schengen

A UE para além da preocupação da integração dos migrantes legais tem que se preocupar em controlar a imigração ilegal. Esta preocupação é explicada pelo acordo que tornou urgente a necessidade de garantir a segurança das fronteiras – O Espaço Schengen. Atualmente estão integrados no Espaço Schengen 26 países, 22 dos quais pertencem à UE. Embora o acordo de cooperação Schengen tenha sido integrado no direito da UE pelo tratado de Amesterdão, na procura de “reforçar a integração europeia e, em especial, possibilitar (...) se transforme mais rapidamente num espaço de liberdade, de segurança e de justiça”



(UE,2016). O acordo Schengen torna-se na base legal da “Área da Liberdade, Segurança e Justiça” dentro da UE.

Da convenção Schengen de 1990 (Eur-lex,2009) retiramos dois conceitos que são multiplamente referidos:

Fronteira Interna – “As fronteiras comuns terrestres das Partes Contratantes, bem como os seus aeroportos, no que diz respeito voos internos, e os seus portos marítimos, no que diz respeito às ligações regulares de navios que efetuam operações de transbordo, exclusivamente provenientes ou destinados a outros portos nos territórios das Partes Contratantes, sem escala em portos fora destes territórios”;

Fronteira Externa – “as fronteiras terrestres e marítimas, bem como os aeroportos e portos marítimos das Partes Contratantes, desde que não sejam fronteiras internas”.

A abolição das fronteiras internas entre aqueles que integram o Espaço Schengen significa a criação de uma fronteira externa que lhes é comum. Perante este facto, a convenção tomou imediata consciência de que seria necessário que as “Partes Contratantes se auxiliassem mutuamente e mantivessem uma cooperação constante para um exercício efetivo de vigilância. Devem, em particular, trocar todo e qualquer tipo de informação relevante” (GDCC,2016).

Uma componente importante para a segurança é o Sistema de Informação Schengen (SIS). O SIS é o sistema de informação que permite às autoridades nacionais e judiciais obter informações sobre pessoas ou objetos (CNPd,2017). Este sistema é particularmente útil no combate a uma ameaça que é colocada às fronteiras externas – a imigração ilegal (Marenin,2010).

No entanto estima-se em 2015 a existência de 2 136 000 imigrantes ilegais na EU, figura nº 17 (Eurobarometer,2017). A imigração ilegal constitui uma séria ameaça à segurança, sendo, na sua vertente mais grave, reflexo de tráfico de migrantes da ASS. O tráfico é levado a cabo por redes criminosas organizadas que usam rotas marítimas em grande parte das suas atividades.

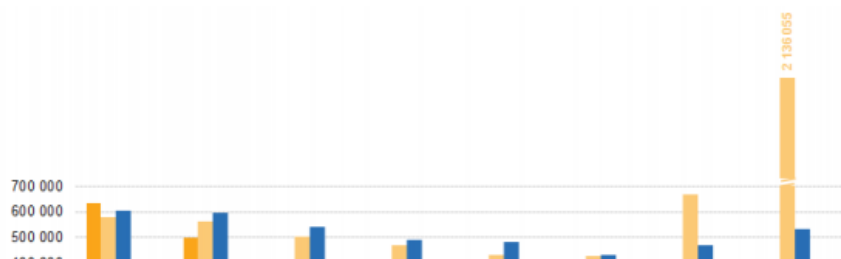


Figura 17 – Cidadãos não Europeus, sujeitos à aplicação da legislação da imigração

Fonte: (Eurobarometer, 2017)

No entanto, pela primeira vez desde que os muros foram demolidos há uma geração, as recentes crises levaram à reintrodução temporária de controlos em determinadas fronteiras dentro da UE, o ultimo caso foi a visita do Papa a Portugal por ocasião do Centenário das Aparições em Fátima.

4.1.2. Surgimento do Populismo/Nacionalismo

As diversas mudanças que afetam o mundo, bem como a sensação real de insegurança experimentada por muitos cidadãos, deram origem a um crescente desinteresse relativamente às políticas e instituições tradicionais, a todos os níveis, manifestada frequentemente por uma indiferença e desconfiança relativamente à atuação das autoridades públicas. Esta situação cria igualmente um vazio que é facilmente preenchido por um discurso populista e nacionalista.

Culpar “Bruxelas” pelos problemas, atribuindo ao próprio país o mérito pelos sucessos, bem como a ausência de assunção de responsabilidades pelas decisões conjuntas e o hábito de acusar os outros são estratégias que se revelam nocivas (EUCOM,2017b). Os cidadãos da UE não são imunes a estes gritantes testemunhos de desunião.

Mais de dois terços veem a UE como um lugar de estabilidade num mundo conturbado. Mais de 80% são favoráveis às quatro liberdades fundamentais¹³ da UE. No entanto, a confiança dos cidadãos da UE, tal como nas autoridades nacionais, tem decrescido (COM,2017b).

As eleições presidenciais francesas de 2017 foram palco do surgimento dum sentimento nacionalista/populista no país tendo ficado patente, que muitos franceses tanto

¹³ Livre circulação de mercadorias, de serviços, de pessoas e de capitais.



na primeira como na segunda volta das presidenciais francesas votassem em candidatos muito à direita ou muito à esquerda.

A imprensa europeia saudou a vitória de Emmanuel Macron mas realça que partidos como o liderado pela candidata de extrema-direita, Marine Le Pen, representam "uma ameaça" para a UE. Como referiu o Primeiro-Ministro Português António Costa, após conhecidos os resultados das eleições presidenciais francesas “A Europa tem de mudar rapidamente, centrando-se nas necessidades dos cidadãos, o que é a única forma de impedir a ascensão ao poder de movimentos nacionalistas, populistas e de extrema-direita.” (Portuguesa,2017). Os Ministros da UE congratularam-se pelo desfecho das eleições presidenciais francesas, em que muitos referiram que tinha sido uma boa notícia para a França e para o Projeto Europeu.

Colmatar o fosso entre as promessas e o seu cumprimento é um desafio constante, em parte pelo facto de a UE não ter uma arquitetura fácil de entender, uma vez que se articula em dois níveis: o europeu e o dos Estados-Membros. Não é muito claro aquém incumbe fazer o quê e o papel positivo da UE na vida quotidiana não é visível sem um relato local. As comunidades nem sempre se dão conta de que a exploração agrícola nas suas proximidades, a sua rede de transportes ou as suas universidades foram em parte financiadas pela UE.

Existe igualmente um desencontro entre as expectativas dos cidadãos e a capacidade da UE de lhes responder. Veja-se o que acontece com o desemprego dos jovens, figura nº18.

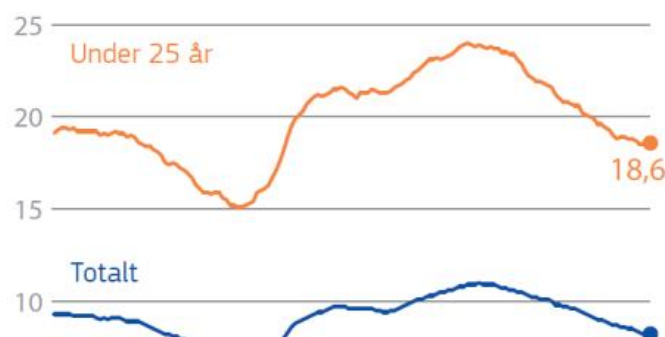


Figura 18 – Os níveis de desemprego na UE

Fonte: (Eurobarometer, 2017)

Os recursos disponíveis a nível da UE no domínio social representam apenas 0,3% dos gastos totais efetuados pelos Estados-Membros nessa área (COM.2017c).

4.1.3. Os jovens e o trabalho

Os jovens adultos são particularmente vulneráveis à violência (Pinheiro,2006), o que pode levar à exclusão, desespero, falta de propósito na vida e, sobretudo entre as raparigas, ao aumento da ansiedade, depressão e stresse pós traumático (Kelly,2010).

As pessoas experimentam graus variáveis de insegurança e diferentes tipos de vulnerabilidade em diferentes fases do ciclo de vida.

Os jovens estão particularmente expostos ao risco de serem coagidos ou manipulados para enveredar pela criminalidade, por gangues e grupos criminosos chefiados por adultos.

Em ambientes com uma elevada taxa de desemprego juvenil, os gangues oferecem uma ocupação, um sentido de identidade e pertença e uma plataforma de protesto contra a sociedade. Esta situação cada vez é mais frequente na UE, tendo-se verificado um pouco por todo o continente que os jovens Europeus aderem a grupos cada vez mais radicais.

Foi identificada uma correlação entre a existência de gangues e o baixo apoio a mecanismos formais de controlo e regulação social, o que abre ainda mais o caminho para que os grupos criminosos sejam a única fonte de proteção (PNUD,2012).

Os que possuem emprego são frequentemente considerados menos vulneráveis. No entanto, muitos deles estão expostos a situações de emprego precário ou à ameaça de desemprego.

O trabalho proporciona mais do que simplesmente um salário. O emprego, especialmente se for decente, está associado a dignidade e estatuto e a comunidades e sociedades estáveis e coesas. O emprego estável traz benefícios à sociedade, ao permitir à



força de trabalho adquirir experiência, conhecimentos e produtividade, melhorando assim o desempenho económico (Kim,2013).

O pleno emprego também contribui para a coesão social, sobretudo na medida em que contribui para a melhoria do bem-estar e igualmente para a redução da pobreza.

As sociedades em que todos têm acesso a oportunidades de emprego que correspondam a um padrão básico de dignidade tendem a ter menos conflitos, redes sociais mais fortes e um maior sentido de equidade e justiça (Kim,2013). Estes resultados afetam o grau de coesão social no seio de um país e tendem a fazer as instituições funcionar melhor, ao criarem um ambiente que apoia o desenvolvimento humano.

Há também implicações a nível das despesas sociais, uma vez que os gastos com a saúde pública podem aumentar na sequência de períodos prolongados de supressão de postos de trabalho (Kuhn, et. al.,2009).

Restabelecer a confiança, criar consensos e gerar um sentimento de pertença são tarefas mais árduas numa era em que a informação nunca foi tão abundante e acessível mas, contudo, difícil de apreender. A natureza 24/7 do ciclo de informação torna-a mais rápida e é mais difícil do que nunca acompanhá-la e dar-lhe resposta. Atualmente em 2017, são enviados mais *tweets* em um só dia do que num ano inteiro há dez anos. Prevê-se que em 2018, cerca de um terço da população mundial utilizará as redes sociais (COM,2017c).

Esta tendência só contribuirá para acelerar e continuar a mudar o modo como a democracia funciona, gera novas oportunidades para promover o debate público e para envolver os Estados-Membros. No entanto a UE têm de ser mais rápida na interação com os cidadãos, ser mais responsável e cumprir melhor e mais rapidamente o que foi acordado em conjunto.

4.1.4. Os migrantes e os receios dos cidadãos europeus

Os conceitos de segurança exigem uma visão da pessoa humana que inclua a vulnerabilidade psicológica e física, os pontos fortes e os pontos fracos, incluindo limitações em termos de perceção da ameaça (Des & Oscar,2014).

A recente onda de migrantes na UE tem destaque na retórica anti-imigração dos partidos de direita em todo o continente e foi palco no debate acalorado no referendo sobre a decisão do Reino Unido em sair da UE. Ao mesmo tempo, os ataques que têm ocorrido nas cidades da UE nos últimos anos, têm impulsionado os receios do público sobre terrorismo, figura nº 19.

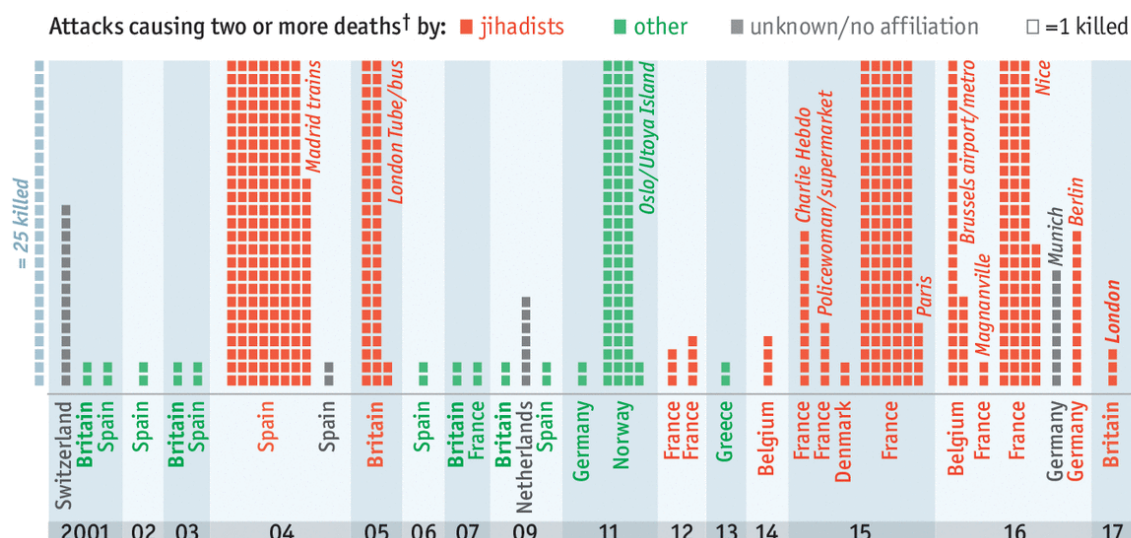


Figura 19 – Os principais ataques a cidades da Europa

Fonte: (Economist,2017)

Como ilustra uma nova pesquisa do Pew Research Center (2016), a crise dos migrantes e a ameaça do terrorismo estão muito relacionados uma com a outra nas mentes de muitos cidadãos da UE. Em oito dos dez Estados-Membros sondados, metade ou mais acreditam que a entrada dos migrantes aumenta a probabilidade de terrorismo no seu país (figura nº 20)

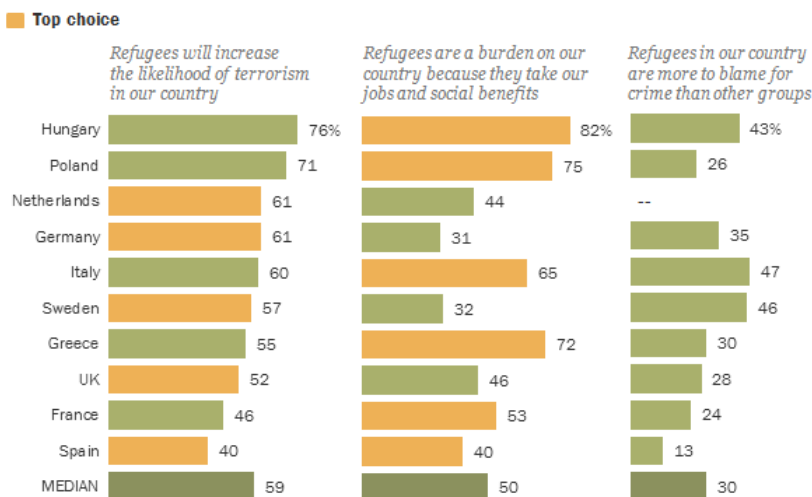


Figura 20 – Europeus preocupados com, a segurança, economia e a crise de refugiados

Fonte: (Pew Research Center,2016)

Estes receios vão sendo verificados quando na sequência dos atentados perpetrados na UE, e na sequência das investigações o autor ou os autores dos atentados estão ligados à migração para a UE, exemplo disso, na sequência das investigação do atentado em Manchester - Inglaterra, na segunda-feira dia 22 de maio de 2017, o autor foi identificado



como sendo o britânico Khalid Masood filho de pais jamaicanos que imigraram para a Inglaterra.

Para alguns europeus, atitudes negativas em relação a muçulmanos estão ligadas a uma crença de que os muçulmanos não pretendem participar na sociedade mais ampla. Em todos os países sondados, a opinião dominante é que os muçulmanos querem ser distintos do resto da sociedade, ao invés de adotar costumes e modos de vida da nação onde se instalam (figura nº 21).

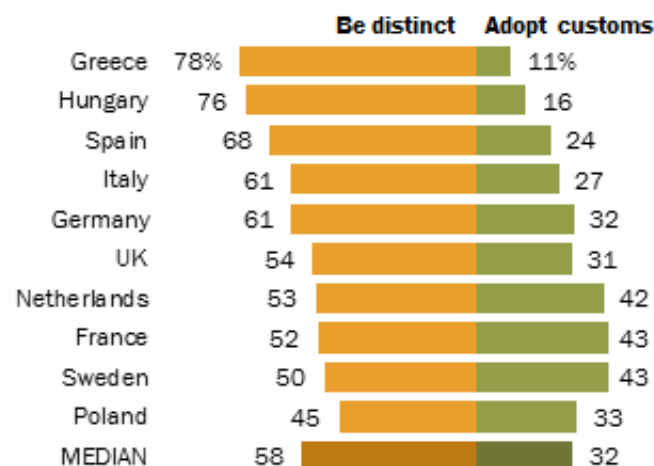


Figura 21 – O sentimento dos cidadãos da UE para com os Muçulmanos no seu país.

Fonte: (Pew Research Center, 2016)

O Islão é a religião que mais cresce atualmente no mundo. A população mundial deverá crescer 32% nas próximas décadas, espera-se que o número de muçulmanos aumente em 70% (figura nº 22), passando de 1,8 mil milhões em 2015 para quase 3 mil milhões em 2060. Em 2015, os muçulmanos representavam 24,1% da população mundial. Quarenta e cinco anos depois, espera-se que em cada dez pessoas no mundo três sejam muçulmanas, (Pew Research Center, 2017).

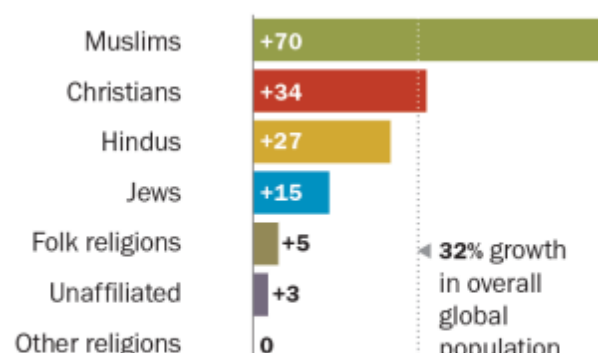


Figura 22 – Crescimento mundial da religião Muçulmana

Fonte: (Pew Research Center, 2017)

O islamismo difundiu-se pela ASS a partir do século XI e em 2009 a população muçulmana rondaria os 240 milhões naquela região, como espelha a tabela nº 5.

Tabela 5 – População Muçulmana por Região

	Estimated 2009 Muslim Population	Percentage of Population that is Muslim	Percentage of World Muslim Population
Asia-Pacific	972,537,000	24.1%	61.9%
Middle East-North Africa	315,322,000	91.2	20.1
Sub-Saharan Africa	240,632,000	30.1	15.3
Europe	38,112,000	5.2	2.4
Americas	4,596,000	0.5	0.3
World Total	1,571,198,000	22.9	100.0

Fonte: (Pew Research Centre, 2009)

A população muçulmana na Europa tem crescido cerca de um ponto percentual por década nos últimos 25 anos, passando de 4%, em 1990, para 6% em 2010. O número de muçulmanos na Europa cresceu de 29,6 milhões de 1990 para 44,1 milhões em 2010.

A população muçulmana da Europa deverá ser superior a 58 milhões em 2030. Enquanto a comunidade muçulmana é cerca de 6% da população total da Europa, em 2030, estima-se que os muçulmanos cheguem a 8% da população da Europa, o dobro do que era em 1990 (Pew Research Center, 2009).

Com a imigração dos migrantes da ASS para a UE a comunidade muçulmana tenderá a crescer. De acordo com as estatísticas mais recentes, a Alemanha e a França tem cerca de 5 milhões de muçulmanos, o que significa cerca de 6 % da população da Alemanha e 7,5 % da França, figura nº 23 (Williams, 2015).

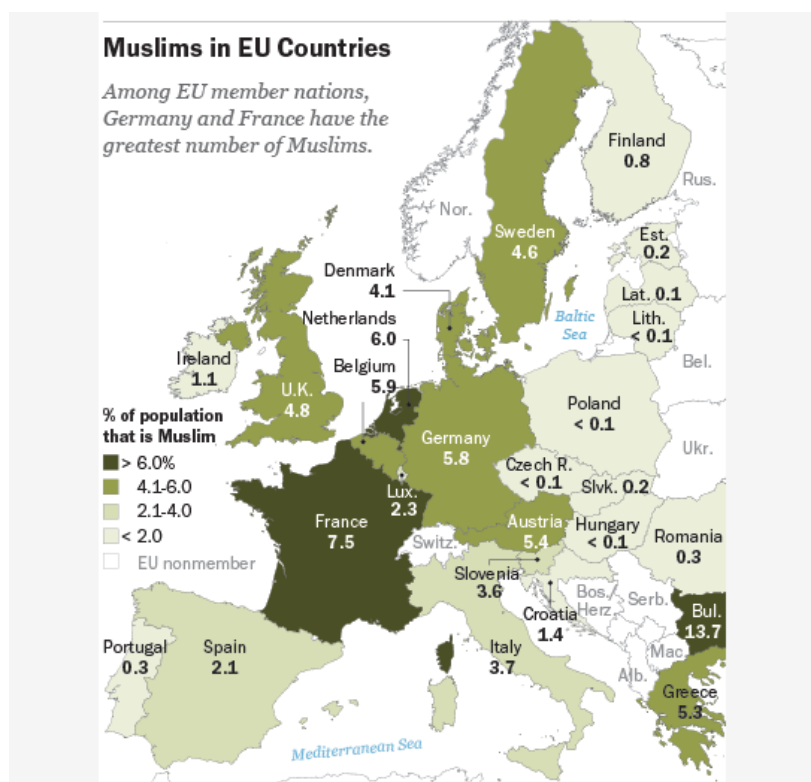


Figura 23 – Os Muçulmanos no Continente Europeu

Fonte: Pew-Templeton Global Religious Future Project¹⁴, 2010

Um pouco por toda a UE estão a surgir movimentos anti-islâmicos, um dos mais relevantes surgiu na Alemanha, o *Patriotische Europäer gegen die Islamisierung des Abendlandes* (PEGIDA), que significa “Europeus patrióticos contra a islamização do Ocidente”, reuniu um recorde de 25.000 participantes em Dresden no dia 12 de janeiro de 2015. Outros países europeus que têm movimentos como o PEGIDA são a Suíça, Áustria, Noruega, Espanha e Reino Unido.

Os migrantes, explicou António Guterres, foram as principais “vítimas desta evolução das opiniões públicas”, porque “criaram medos, inseguranças e tornaram-se ameaças para muitas comunidades”. Perante este sentimento das pessoas, “os líderes políticos e de organizações internacionais têm de dar respostas concretas aos sentimentos de comunidades e populações”. Para Guterres, as migrações são necessárias, mas é preciso saber lidar com esta realidade. É necessário que os Estados, as autoridades regionais, as autarquias e a

¹⁴ www.globalreligiousfuture.org

sociedade civil tomem medidas para que os migrantes “sintam que pertencem a uma comunidade, que não estão à margem” (Cláro,2016).

4.2. Fatores Externos

Num ambiente securitário global crescentemente complexo, a UE depara-se com dois contextos externos que condicionam a sua ação externa; a primeira, discrepância da UE entre a procura por segurança e a incapacidade de satisfazer essa necessidade, ligadas à instabilidade nas várias regiões vizinhas da UE, a segunda a reorientação estratégica dos Estados Unidos da América (EUA) para a Ásia/Pacífico.

A crise na Ucrânia, desde 2014, a governabilidade e o alinhamento externo do país é um dos maiores desafios da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e das políticas externas dos Estados-Membros principalmente da Alemanha e da Polónia. A situação é reveladora do mau estar nas relações entre a UE e a Rússia, enquanto a UE atrai para o seu espaço os Estados membros da Parceria Oriental criada em 2009 (EENI,2010), o presidente russo Vladimir Putin vê essa proximidade à UE como uma ameaça no futuro à soberania e aos interesses da Rússia na região.



Figura 24 – A vizinhança da UE

Fonte: (CRP, 2017)

Para além da vizinhança oriental da UE (figura nº24), as respostas da UE continuam insuficientes à instabilidade política em África, em países como no Egito, Líbia, Mali e República Centro-Africana. Através da sua PCSD, a UE tem realizado missões militares de alcance limitado para uma estabilização a longo prazo dos países em conflito em que



intervém. Desde de fevereiro de 2013 iniciou uma missão de treino das forças armadas do Mali (EUTM Mali¹⁵), e em fevereiro de 2014 decidiu-se a missão de proteção de civis e assistência humanitária na República Centro-Africana (EUFOR RCA¹⁶).

A mobilização de tropas nas nossas fronteiras orientais, a guerra e o terrorismo no Médio Oriente e em África, bem como a crescente militarização em todo o mundo, são um testemunho vivo do agravamento das tensões a nível mundial (COM,2017c).

A imigração crescente subsariana criou uma tensão considerável entre os países da UE e os do Norte de Africa e da ASS.

Muitos países subsarianos são relutantes na colaboração da repatriação dos seus cidadãos ilegais na UE, muito imigrantes destroem os seus documentos para evitarem ser repatriados. Estes migrantes não querem voltar para os seus países de origem onde encontram insegurança e pobreza.

¹⁵ - <http://www.eutmmali.eu/>

¹⁶ - http://www.eeas.europa.eu/archives/csdp/missions-and-operations/eufor-rca/index_en.htm



5. Propostas para responder aos desafios

5.1. Fluxo migratório da ASS

Se nada for feito para conter o crescimento demográfico previsto na ASS, levará milhões de mulheres, homens e crianças a abandonar o seu país em busca de proteção e de uma vida digna, nomeadamente na UE. A UE irá enfrentar um fluxo de migrantes que terá dificuldade em absorver. A situação deve-se ser analisada tendo em conta a pressão demográfica prevista para os próximos anos: pobreza extrema, tensões internas e lacunas institucionais que, em algumas zonas, degeneraram em conflitos abertos, maior fragilidade, deslocações, criminalidade, terrorismo e radicalização, bem como em migração irregular, introdução clandestina e tráfico de seres humanos e um número crescente de emergências humanitárias.

As políticas europeias de imigração têm até recentemente centrado as suas atuações no sector da justiça e segurança (designadamente no controlo e regulação dos fluxos), ao invés de enquadrarem as novas populações numa óptica de desenvolvimento sustentável.

5.1.1. As ameaças

As ameaças e os desafios colocados por grande fluxo de migrantes da ASS, serão imensos e difíceis de quantificar.

Em termos políticos surge a ameaça de uma tensão quanto à forma como a UE e em particular cada Estados-Membro irá contribuir para o fenómeno migratório. A possível degradação do sonho Europeu de uma UE unidade, devido principalmente à dificuldade de gerar consensos, em primeira instancia não conseguir-se harmonizar os interesses de cada Estados-Membro com o interesse comum. O surgimento de um sentimento de nacionalismos, que rejeitam políticas de acolhimento de imigrantes de partidos que utilizando a instabilidade por que um Estados-Membro esteja a passar, irão instigar a sociedade que em última instância poderá a levar a que esse país abandone a UE.

No âmbito social o desgaste da coesão interna da sociedade, devido à heterogeneidade étnica desses migrantes serem geradores de instabilidade e desconfiança. A ansiedade das populações nativas deve-se principalmente a cinco fatores¹⁷ de acordo com o *Migration Policy Institute*, (Institute,2016).

¹⁷ Ver anexo F

Relativamente ao plano securitário existem diversos problemas que decorrem dos fenómenos migratórios, segundo a tipologia de Weiner (Rodrigues,2010).

Tabela 6 – Migrantes e Tipos de Ameaça à Segurança)

	AMEAÇAS
Refugiados e Migrantes	Para as relações entre país de origem e de destino (sobretudo quando se opõem ao regime do país de origem)
	Política ou de risco para a segurança do país de destino
	Para a cultura dominante e identidade no país de destino
	Problema social e económico para o país de destino (pressão nos sistemas)
	Manipulação contra o país de origem por parte do país ou sociedade de destino
Imigrantes Ilegais	Pressão do sistema económico e proteção social
	Alimentam máfias dedicadas ao tráfico de seres humanos
	<u>Relações complexas</u> sul-norte, dada a sua origem, maioritariamente de zonas politicamente instáveis
Terroristas	Circulação de informação de grupos ideológicos, que mobilizam <u>massas</u> (grupos excluídos económica e socialmente, segunda e terceira gerações de imigrantes)
	Dificuldade de controlar a circulação de pessoas <u>suspeitas</u>

Fonte: (Weiner, 1995)

O aumento da criminalidade será uma evidência quando não existir um adequado acolhimento e integração na sociedade dos Estados-Membros dos migrantes. Realça-se a constatação dos migrantes que ao chegarem são relutantes à adaptação aos costumes da UE. Esta não integração na comunidade do país de residência provavelmente levará a que estes se dediquem a atividades ilegais por se sentirem desenraizados da comunidade. Como referido por Weiner na tabela nº 6 os migrantes podem incrementar atividades terroristas.

Estes ataques terão mais impacto na sociedade quando perpetrados em locais com uma grande concentração de pessoas ou contra forças de segurança. Como refere Vitorino (2016.p. 3) “... se as pessoas chegam e não são integradas, se não têm uma oportunidade de acesso ao mercado de trabalho,... podem dedicar-se a atividades que são perniciosas para as coletividades onde estão sedeados.”

Como referiu Dr. Jorge Sampaio¹⁸ “a cidadania é a responsabilidade perante nós e perante os outros, a consciência de deveres e de direitos, o impulso para a solidariedade e

¹⁸ Ex-Presidente da República



para a participação, o sentido de comunidade e de partilha, a insatisfação perante o que é injusto ou o que está errado, a vontade de aperfeiçoar e de servir, o espírito de inovação, de audácia e de risco, o pensamento que age e a ação que se pensa” (Paixão, 2000).

No caso português podemos visualizar na página da Direção-Geral da Educação esse cuidado, podendo-se ler “A educação para a cidadania visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, tendo como referência os valores dos direitos humanos” (Educação,2016).

5.1.2. As oportunidades

É de conhecimento ubíquo, o facto de que as migrações serem uma ferramenta ao dispor dos países para combater o envelhecimento populacional e a deflação demográfica. Os imigrantes vêm assim contribuir para fortalecer a economia nacional, evitando o empobrecimento do país, bem como os problemas decorrentes desse empobrecimento.

Segundo referiu Dr. António Guterres durante a sua intervenção durante o *Vision Europe Summit* 2016 que decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa-Portugal referiu “Sem migrações, as sociedades europeias não serão sustentáveis.” e realçou que “a migração é parte da solução”. Referi-o ainda que grande parte dos países da Europa tem um índice de fertilidade claramente abaixo dos 1,5 por cento (Gulbenkian,2016).

As oportunidades deste fluxo migratório previsto dos países da ASS poderão ser agrupadas em quatro domínios; o demográfico, cultura, económico e político.

No domínio demográfico, verifica-se que a população tem vindo a envelhecer, a população da UE irá crescer lentamente até atingir o seu pico em 2025. No restante do século XXI, as projeções indicam que a UE, mesmo recebendo emigrantes, vai apresentar um declínio populacional, pois possui uma taxa de fecundidade muito baixa. A chamada “migração de reposição” como a vinda dos países da ASS irão contribuir para evitar uma diminuição da população da UE.

No campo cultural, a migração para o país recetor apresenta uma oportunidade do ponto de vista interétnico e social, visto que a partilha de costumes culturais e de ideias entre as diferentes sociedades poderão a vir a estimular a inovação e a criatividade e ainda a crescente tolerância entre os povos. Como refere Matias “ A diversidade cultural promove um ambiente mais aberto, dinâmico e tolerante” (2016,p.99).



No plano económico, a UE de acordo com as previsões demográficas, a população em idade ativa deverá reduzir cerca de 50 milhões de pessoas até 2060, mesmo que a migração se mantenha no seu nível histórico (COM,2008, p.2). Os países da UE irão ser confrontados com um mercado de emprego deficitário, devido nomeadamente à redução da sua população ativa de 65,5 % para 56,6% entre os anos de 2015 a 2060 (Junker,2015). Esta previsão irá provocar alguns constrangimentos na sustentabilidade dos regimes de proteção social, do regime de pensões e saúde, levando em última instância o colapso destes sistemas, caso não haja uma inversão da situação com uma investimento público ou com a contribuição de novos contribuintes. Como refere Matias, “ ... a presença de estrangeiros residentes contribui favoravelmente para uma maior coleta de impostos sobre o rendimento e sobre o consumo” (2016,p. 98).

Para além da chegada de migrantes mitigar a diminuição da população ativa, a integração na sociedade da UE permitirá colmatar as lagunas de mão-de-obra verificadas em alguns sectores laborais, tanto nos altamente qualificados bem como naqueles em que os cidadãos da UE não estão dispostos a realizar (COM,2014).

No último domínio, o político o fluxo migratório e possíveis consequências deste fluxo poderão, caso seja aproveitado, uma oportunidade para uma aproximação da UE com os países da ASS, numa solução comum, consertada e participada pelos diversos atores, nomeadamente dos países mais diretamente afetados Líbano, Marrocos.

No entanto, devemos realçar que estas oportunidades só serão verdadeiramente alcançadas e proveitosas caso na comunidade de acolhimento e na comunidade que é acolhida, existir uma verdadeira vontade de integração na sociedade da UE.

5.2. Análise SWOT

A noção que o fluxo de migrantes dos países da ASS será um fenómeno de grande dimensão é uma realidade incontornável, nesse sentido é indispensável a adoção de medidas comuns cooperativas, mas também é necessário a vontade das implementar no terreno.

As medidas que a UE tem adotado para acolher e controlar os fluxos de migrantes na última década, não tem tido êxito nos seus objetivos. A capacidade dos Estados-Membros da UE e do Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA) foi gravemente testada. Alguns países, como a Áustria, a Alemanha, a Grécia, a Itália e a Suécia, foram mais afetados do que outros. Surgiram respostas fragmentadas entre os Estados-Membro. Alguns tomaram medidas para restringir o acesso dos refugiados e dos migrantes aos seus territórios e



transferir a responsabilidade para os países vizinhos. Embora vários tenham sido os que realizaram esforços para acolher os refugiados, a falta de uma resposta comum da UE conduziu a dilemas políticos aparentemente intratáveis. Isto resultou em graves dificuldades operacionais, exacerbando as circunstâncias já precárias em que chegavam refugiados e migrantes à UE (UNHCR,2016).

Dr. António Guterres alertou que “nenhum país conseguirá resolver sozinho o desafio das migrações”, devendo os grupos regionais, como a UE, “assumir coletivamente” as suas responsabilidades. “As políticas de cooperação para o desenvolvimento têm de ter em conta o impacto na mobilidade humana e têm-no ignorado” (Guterres,2016).

Apesar dos indicadores mostrarem que o número de pessoas a chegar estava a aumentar, atingiu-se uma escalada tal que apanhou muitos países na UE desprevenidos e o caos prevaleceu.

As medidas que a UE deve optar para se preparar para o fluxo de migrantes previstos chegarem à UE até ao ano de 2050 dos países da ASS, podem ser sistematizados quanto à área geográfica de aplicação, em três áreas: nos países da ASS, criando condições para reter a migração nos países de origem; nos países de trânsito, não podendo evitar a migração, que sejam criadas condições para os migrantes fixarem-se nesses países de trânsito e em último caso o seu repatriamento ao país de origem; nos países recetores da UE criando condições efetivas de acolhimento e integração, para que se sintam cidadãos europeus e não criem na UE uma extensão dos seus países de origem.

A reflexão realizada sobre esta problemática, conjugada com a análise SWOT (Apêndice A), permitem a identificação de um conjunto de medidas¹⁹ que poderão ser suscetíveis de mitigar o problema e nalguns casos resolver a capacidade de resposta da UE, e que são tidas em contas as três áreas geográficas de intervenção.

¹⁹ Ver tabela nº 7

Tabela 7 – Medidas de resposta ao Fluxo Migratório Subsariano

	Nº	Medidas Propostas	Fatores*
Países da ASS	1	M1 Celebração de acordos de repatriação com os países de origem	V2,A1,A3
	2	M2** Incremento da cooperação económico-financeira no intuito da criação de emprego	P2,O2,O4,V3
	3	M3 Maior diálogo com os países da ASS na vertente política, segurança e defesa e dos direitos humanos	P2,O4
	4	M4** Incremento na capacidade de identificar e dismantelar as redes facilitadoras da migração	V2,A1,A3
	5	M5 Implementação de programas de planeamento familiar, reforçar o serviço de saúde e de aconselhamento a reduzir as gravidezes indesejadas	A4,A1,P2,V3
	6	M6 Reduzir a tendência de famílias grandes através de adoção de políticas que reduzam, os riscos económicos e sociais de se ter famílias pequenas	A1,A4,P1,P2
	7	M7 Adoção de programas junto aos jovens por forma a incrementar as suas perspetivas e aspirações no futuro	V1,V2,O3
	8	M8 Estabelecer e reforçar os mecanismos de prevenção e resolução oportuna de conflitos nos Estados africanos e entre estes.	O4,V2,V3
Países de Trânsito	1	M2** Incremento da cooperação económico-financeira no intuito da criação de emprego	P2,O2,O4
	2	M4** Incremento na capacidade de identificar e dismantelar as redes facilitadoras da migração	V2,A1,A3
	3	M9 Criação de canais de migração legal	P1,P2,A3,A1
	4	M10 Acordos de readmissão de migrantes irregulares	V2,O4
UE	1	M11 Reforço humano e material no funcionamento do Espaço Schengen	V2,A2
	2	M12 Incremento de mecanismos para um mais eficaz acolhimento dos migrantes.	P1,A1,V4
	3	M13 Repatriamento de migrantes e familiares que não defendem os valores da UE	V2,A1,A3
	4	M4** Incremento na capacidade de identificar e dismantelar as redes facilitadoras da migração	V2,A1,A3
	5	M14 Implementação efetiva das políticas e medidas já aprovadas pela UE.	V2,O4
	6	M15 Incremento da solidariedade entre os Estados-membro para o acolhimento dos migrantes	P2,O1,O4,V4

Fonte: (O autor, 2017)

*- Fatores de Oportunidade, Ameaça, Potencialidades e Vulnerabilidades. Ver apêndice A.

** - Medida a implementar em mais de que uma área de intervenção.



5.2.1. Nos países da ASS

As razões para as migrações prendem-se principalmente com a disforme distribuição de recursos económicos pelo globo. Uma forma de reduzir essa tendência migratória é contribuir para o progresso das zonas de origem dos migrantes, criando as condições para que eles permaneçam no país de origem.

A resposta da UE aos desafios colocados de um fluxo migratórios dos países da ASS para UE, deve acima de tudo, ser através de medidas políticas, económica e diplomáticas. Conforme refere António Guterres “... a consciência de que não há soluções humanitárias para os problemas humanitários, a solução da tragédia dos refugiados/migrantes é uma solução política.” (Guterres,2016).

A UE poderá procura solucionar este problema em conjunto com os seus parceiros africanos no quadro das suas estratégias regionais (Sahel, Corno de África, Golfo da Guiné, etc.), da ajuda humanitária, da política de desenvolvimento e dos programas de assistência na região, a par do seu forte empenho em executar a agenda da resiliência²⁰.

Nesse sentido as principais medidas de resposta a este fluxo migratório esperado até 2050, de natureza estrutural e de médio e longo prazo, e para a qual todas as outras contribuem, centra-se na criação de condições para reter as pessoas nos seus países de origem e controle da natalidade naquela região.

Nesse sentido por forma a efetivar as medidas acima referidas uma das primeiras ações será, a resolução de conflitos, erradicação das perseguições e violações dos direitos humanos, a que as pessoas nos seus países possam estar sujeitas. Na figura nº 25 são visíveis as ações externas da UE.

²⁰ A capacidade de uma pessoa, um agregado familiar, uma comunidade, um país ou uma região para se preparar, enfrentar, se adaptar e recuperar rapidamente de situações de tensão ou de choque sem comprometer as perspetivas de desenvolvimento a longo prazo (PE,2017b).

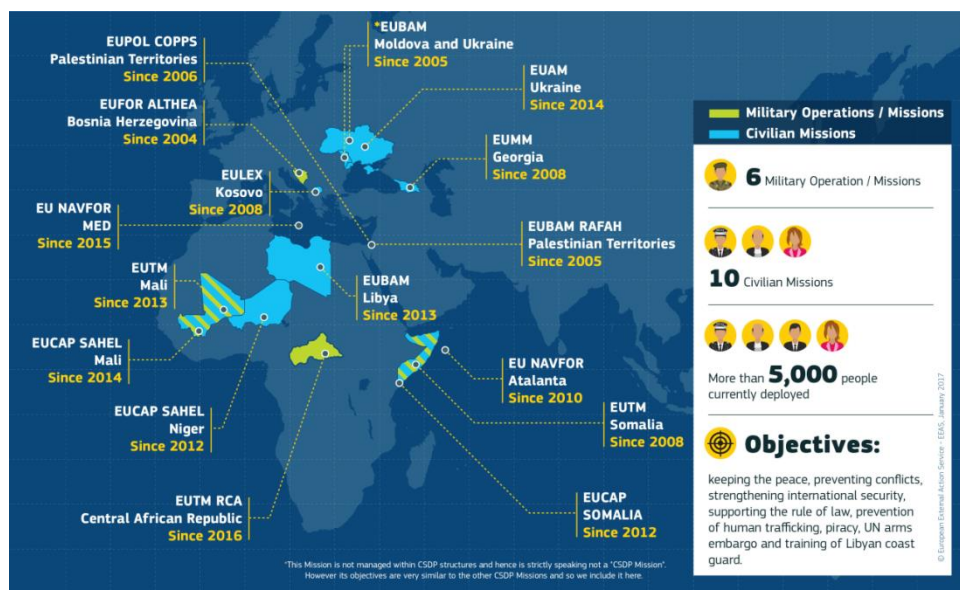


Figura 25 – Ações externas da UE

Fonte: (UE, 2017)

A UE para além de recorrer às normas jurídicas que estarão salvaguardadas pelo direito internacional na situação da resolução de conflitos, é importante também perceber a realidade cultural e histórica dos países assolados pelas crises, qualquer que seja a sua natureza, salvaguardando sempre o respeito dos direitos humanos.

Uma segunda ação será o reforço do apoio económico e financeiro e a cooperação humanitária, de forma a antecipar possíveis situações de destabilização suscetíveis de culminarem em conflitos. Todavia, será importante realçar que a UE, enquanto ator internacional relevante, também foi assolada de uma crise económica que lentamente está a recuperar. Neste contexto, a sua ação não poderá deixar de envolver outros atores internacionais, nomeadamente a China, Rússia e os EUA.

Uma terceira ação será um aprofundamento do diálogo político, por forma contribuir para projetos de edificações institucionais e políticas sociais. Assim, serão criadas as condições para a edificação de instituições sólidas e duradouras que permitiram estabilidade que culminarão na governação do país.

No entanto independentes das ações referidas, e outras que poderão ser tomadas que aqui não foram referidas, os movimentos de pessoas com destino à UE deverão continuar a existir, os motivos que poderão contribuir para estes movimentos serão entre outros as alterações climáticas e as causas que estas alterações poderão provocar e a procura de melhores condições de vida.



Assim, urge-nos uma quarta medida ligada às anteriores, virtude à evolução demográfica que se verificará na UE nos próximos anos, surge a necessidade de organização dos fluxos migratórios nos países de origem que envolverá necessariamente a União Africana²¹ (UA), estabelecendo assim canais de migração legais, garantindo assim que a UE só recebe quem precisa e que aos mesmos serão dadas todas as condições de acolhimento.

5.2.2. Nos países de trânsito

Nos países de trânsito impera a necessidade de medidas que combatam os facilitadores da migração ilegal. No entanto não podemos descurar que enquanto houver procura, essas redes persistirão em existir e continuar com a sua atividade ilegal, porque as pessoas estão desesperadas e mesmo com poucas garantias de conseguirem de chegar à UE arriscam a sua segurança confiando as suas vidas a estas redes criminosas.

As medidas securitárias para combater o tráfico transfronteiriço não têm sido suficiente para limitar a atividade das redes de tráfico de pessoas, que operam nas rotas migratórias do Sahel e do Norte de África. Segundo os dados recolhidos no terreno, é praticamente impossível os migrantes subsarianos passarem por Maghnia (Argélia) e por Oujda (Marrocos), sem antes pagar a alguma rede de tráfico de pessoas (States,2012).

Todavia esta evidência não dispensa que sejam realizadas ações que permitam mitigar as ações destas redes. E neste domínio que a UE terá que ser implacável em parceria com os países de trânsito por forma a identificar e punir exemplarmente estas redes que obtém benefícios dos migrantes. Estas redes aproveitam-se da situação desesperada e prometem o que não conseguem garantir, colocá-los em solo da UE e nesta ação estas redes conduzem muitas vezes estes migrantes à morte.

Este último facto tem sido observado nos migrantes que tem tentado chegar à UE na atualidade. O combate a este flagelo terá que ser uma prioridade na política da UE, realça-se aqui o lado humanitário, como refere Ingeborg Eliassen “ se alguma coisa a fazer é combater as redes de tráfico e os traficantes, muito mais teremos que fazer quando já há pouco a fazer, quando os migrantes estão dentro de água.” (Eliassen,2016).

Assim a UE terá que encetar esforços para incrementar a cooperação com os estados que mais alberguem estas redes criminosas, principalmente a nível político por forma mitigar ou eliminar as suas atividades.

²¹ <https://au.int/en>



Como segunda medida o apoio financeiro aos países de trânsito para que tenham condições de acolher temporariamente estes migrantes e em simultâneo parcerias económico-financeiras que levem ao desenvolvimento do seu tecido económico provocando o surgimento de oportunidades de trabalho, culminando na fixação desses migrantes nesses países, pondo termo assim à sua viagem. Sem este incremento solidário/financeiro entre a UE e os países de trânsito, os fluxos migratórios de migrantes irregulares continuaram a ser uma realidade.

As Autoridades Regionais e Locais podem desempenhar igualmente um papel relevante no esforço conjunto para lutar e prevenir a migração irregular, promovendo campanhas de sensibilização junto de potenciais migrantes para as vias legais de imigração e os riscos da imigração irregular, identificando vítimas de tráfico e promovendo a reintegração dos migrantes irregulares que regressam, voluntária ou coercivamente.

A complexidade da situação exige uma resposta comum e coordenada, que deve respeitar os direitos humanos, e basear-se na solidariedade com os Estados e as regiões mais afetadas e na partilha equitativa de responsabilidades entre todos os níveis de governação.

5.2.3. Na União Europeia

A UE não deverá assim descuidar a contínua edificação de mecanismos, que permitam responder, de forma sustentada e adequada às adversidades e desafios colocados dos fluxos migratórios.

Numa UE onde as fronteiras internas foram abolidas e as pessoas podem circular livremente, os fluxos de migrantes não poderão ser geridos de forma unilateral, devendo os Estados-Membros alcançarem consensos para um assunto que é comum e que todos devem contribuir para a sua resolução.

Como primeira medida a UE deverá desenvolver esforços, nomeadamente no controlo da sua fronteira externa, por forma a garantir o funcionamento integral do espaço Schengen. Criando um clima de confiança, onde a livre circulação torna a UE mais pequena e contribui para a união, evitando que em alguns Estados-Membros surjam vozes a elevar a necessidade do restabelecimento das fronteiras interna.

Como segunda medida a UE deverá empenhar-se em apoiar os países que acolhem a maioria dos migrantes. Os países que acolhem a maioria dos migrantes precisam de apoio robusto, previsível e sustentado para criar um ambiente onde os imigrantes possam viver em segurança e reconstruir as suas vidas. A partilha de responsabilidades e solidariedade com



estes países constituem expressões-chave deste apoio. Estes princípios estão consentâneos com o Tratado da União Europeia²² e estão no cerne da Declaração de Nova Iorque (DNI), adotada em Setembro de 2016. Como parte da DNI, os Estados acordaram um quadro abrangente de resposta aos migrantes para lidarem com movimentos de migrantes em larga escala.

A UE necessita de uma abordagem arrojada, imaginativa e viável para superar a fragmentação e gerir eficazmente os movimentos de migração de acordo com o direito internacional.

Como quarta medida a UE deverá desenvolver progressivamente uma abordagem comum da migração legal, com base nos acordos de cooperação e de parceria existentes. A DNI oferece uma abertura para maior desenvolvimento nesta área. Uma abordagem comum poderia permitir a alguns migrantes, para além das categorias previstas na Declaração de Valeta, solicitarem autorizações de trabalho e de residência do estrangeiro. Isso ajudaria a enfrentar mais eficazmente os movimentos mistos de refugiados e migrantes.

A quinta medida, revela a necessidade social, económica e laboral dos migrantes. A solução deve ser equilibrada entre a capacidade da sociedade que recebe os imigrantes, que não é ilimitada e o apoio necessário a prestar aos migrantes, nomeadamente, acesso ao mercado laboral, a nível educacional e serviços públicos.

De acordo com o relatório *Understanding and Addressing Public Anxiety about Immigration* (Institute, 2016) este propõe como medidas para a gestão do fenómeno migratório:

- 1) Tratar a imigração como fundacional da identidade nacional, ao invés de ser uma conjuntura recente.

Privilegiar narrativas que facilitam a inclusão do “outro”, como pertencente a “nós”, minimiza atritos entre as comunidades.

- 2) Auxiliar as comunidades migrantes (quer os recém-chegados, quer os descendentes) para que possam alcançar sucesso, mas nunca de forma que a comunidade nativa sinta marginalizada.

Este é um tópico de suma importância, porque a reação das comunidades estabelecidas ao fenómeno da imigração é crucial no longo prazo: uma política

²² O Artigo 21 refere-se a i.a. os princípios da igualdade e da solidariedade e ao respeito pelos princípios da Carta das N.U. e do Direito Internacional como valores fundamentais para a UE. Compromete igualmente a UE a procurar e desenvolver parcerias com países terceiros que partilhem estes princípios e valores.



migratória exemplarmente planeada falhará caso a população já presente num país ostracizar elementos oriundos de outras origens. Há que esvaziar a perceção de que cidadãos que esperam garantias do Estado Social estão a ser preteridos em relação a novos elementos na sociedade, que ainda não contribuíram materialmente para o Estado Social.

- 3) Fazer a população sentir que as suas preocupações são ouvidas. Os dirigentes políticos têm de reconhecer e compreenderem as preocupações das populações, sob risco de se alienarem de assuntos onde a sua cooperação é essencial. Dispensar posições *a priori*, ou rotulá-las com uma conotação negativa, intolerante ou xenófoba só contribui para extremar e entrincheirar posições.

No caso de um desadequado acolhimento dos migrantes na sociedade da UE, podem os mesmos no sentido de garantir a sua segurança concentrarem-se em bairros, acabando por criar autênticos guetos de exclusão social na periferia das grandes cidades da UE.

Uma das formas visíveis da má integração dos jovens na sociedade, nomeadamente dos imigrantes é a violência urbana, atualmente ainda não existe uma definição de violência urbana como referiu o presidente do Comité Europeu dos Problemas Criminais, Jesper Hjortenberga ao jornal público (Henrique,2014).

A violência urbana como ocorreu no ano de 2005 em França é um aviso para toda a UE. Para a maior parte dos cidadãos foi chocante, assistir pelos telejornais à enorme destruição, provocada pela violência que dia após dia se foi alastrando por todo o país. A violência é condenável e inadmissível, mas a revolta destes jovens é sem sombra de dúvida um aviso para toda a UE.

Outra forma de analisar a possível má integração dos jovens na sociedade europeia nomeadamente os imigrantes segundo alguns especialistas é o terror que se têm vivido na UE com os ataques terroristas nomeadamente nos países do centro da Europa e particularmente na Bélgica (Correia,2016).

Entre as páginas mais negras da História recente da Europa, há uma palavra que se destaca, *Molenbeek*. É o nome do bairro de Bruxelas onde nasceram, viveram, ou pelo menos passaram, alguns dos responsáveis pelos mais mortíferos ataques terroristas islamitas dos últimos anos.



A lista inicia-se com Hassan el-Haski, um homem de nacionalidade belga que residiu em *Molenbeek* e foi preso por ter ligações ao atentado em Casablanca em 2003 e no metro de Atocha, em Madrid, em 2004. Também foi visto neste bairro *Mehdi Nemmouche*, responsável por matar quatro pessoas no Museu Judaico de Bruxelas em 2014. Foi ainda em *Molenbeek* onde terá conseguido adquirir as armas para perpetrar os atentados Amedy Coulibaly, um dos responsáveis pelo ataque de janeiro de 2015 ao *Charlie Hebdo* e a um supermercado *kosher*. Em agosto do ano passado, Ayoub el-Khazzani saiu daquele bairro e momentos depois subiu a bordo de um comboio com destino a Paris armado com uma *kalashnikov* no entanto foi imobilizado por militares norte-americanos que se encontravam nesse comboio antes de este perpetrar o seu ataque (Clerix, 2015).

Foi em *Molenbeek* que Salah Abdeslam e outros partiram em novembro de 2015 em direção a Paris de carro, para executarem o atentado mais mortífero na Europa desde Atocha. Entre os 19 bairros de Bruxelas, *Molenbeek* é o que tem maior densidade populacional. Vivem ali aproximadamente 100 mil pessoas, 30% são estrangeiras e outros 40% têm antepassados fora da Bélgica. O desemprego é altíssimo enquanto na Bélgica a taxa é de apenas 8,5%, em *Molenbeek* estima-se que o número chegue aos 30%. Entre jovens, é de 40% (Clerix, 2015).

Num texto do *The Guardian* (Clerix, 2015), dias após os ataques de Paris, o jornalista belga Kristof Clerix, especialista em terrorismo e segurança, escreveu o seguinte sobre os jovens daquele bairro: “Os habitantes jovens, que na maior parte dos casos são muçulmanos, não têm as mesmas oportunidades no mercado de trabalho e de arrendamento e queixam-se de serem confrontados com racismo no seu quotidiano. Eles têm o perfil perfeito para serem vítimas de radicalização. Se o Estado belga tivesse investido mais na integração das comunidades de imigrantes, o potencial de radicalização seria significativamente menor hoje.”.



Conclusões

O relatório da UNICEF Geração 2030/Relatório sobre África estima que entre 2016 e 2050, irão nascer quase dois milhões de crianças em África, o que fará com que a população duplique, esse crescimento será mais acentuado nos países da ASS.

Esta população jovem, mas ainda não produtiva que irá sobrecarregar as infraestruturas e equipamentos sociais, nomeadamente, nos sectores da saúde, educação e emprego.

Relativamente à população da UE os estudos indicam que irá diminuir no futuro, tornando-se importante que a UE continue a receber migrantes, no entanto deverá continuar a consolidar uma política comum que assegure uma boa gestão de migrantes legais, travar a migração irregular e melhore as medidas de acolhimento.

Conforme referido no capítulo nº 2 existem vários fatores estruturais que explicam porque irá ocorrer esse fluxo de migrantes da ASS para UE:

- Existem diferenças substanciais no desenvolvimento económico e estabilidade política entre a UE e a maioria dos países da ASS.

- As ofertas no mercado de trabalho podem ser reforçadas pela transição demográfica. Na maioria dos países da UE devido à redução drástica de fertilidade que remonta à década de 1970, irá conduzir a uma redução do número de pessoas no mercado de trabalho nas próximas décadas. Assumindo uma estabilidade política e um crescimento económico moderado, esta redução de pessoas ativas no mercado de trabalho pode, eventualmente, levar à diminuição da emigração e do aumento da imigração.

- As melhorais das vias de comunicação e infraestruturas de transporte, vão continuar a facilitar a migração.

Assim, consideramos validada a HP1 “As condições de subsistência e da segurança da vida humana nos países de origem continuam inferiores às dos países de acolhimento e em alguns casos tende a regredir.”

Um risco que resulta dos fluxos migratórios surge, em torno do acolhimento das centenas de milhares que chegarão no futuro à UE, ou falta desse acolhimento. Se efetivamente integrados, estas pessoas que chegaram representam uma oportunidade económica para a UE. Se não, então a marginalização e a privação de direitos são suscetíveis de levar alguns à criminalidade.

Face a esta situação, a UE, com o objetivo de completar e harmonizar as políticas nacionais em matéria de imigração e asilo, está a criar uma política comum que assegura a



boa gestão da migração legal para a UE, trave a migração irregular, melhore as medidas de integração, ajude ao desenvolvimento, maximize os benefícios do fenómeno migratório para todos os implicados, reforce a cooperação com os respetivos países de origem e torne a UE num espaço de proteção.

A UE deverá manter para as migrações, o compromisso que entre os Estados-Membros encontre-se uma fórmula eficaz para a gestão global deste assunto.

Assim, consideramos parcialmente validada a HP2 “A gestão migratória feita na UE permite que os migrantes sejam acolhidos pelos cidadãos da UE e assim efetivar-se a sua integração na sociedade”.

O dilema de Segurança face ao desafio do futuro fluxo migratório na UE, é complexo, e composto por imensas questões para as quais não existe um certo ou errado.

A maioria dos analistas concorda que no contexto atual, os ataques terroristas que se têm verificado na UE são perpetrados mais por elementos que vivem na UE do que por elementos que venham de fora resultado da migração.

Não se trata de considerar que o problema de acolhimento de migrantes é um problema de segurança mas sim de que este constitui um desafio para a segurança, tendo em consideração a pobreza e a exclusão política ou social são fatores que contribuem para a marginalização

Um segundo risco é a chegada contínua de migrantes e refugiados na UE gerará reações extremas por parte das comunidades de acolhimento. Enquanto muitos cidadãos dos países da UE têm respondido positivamente, racionalmente e com compaixão, igualmente alguns têm reagido com relutância e violência. A par destas dimensões, é necessário expor a questão da segurança humana. É certo que os Estados-Membros não chegam a um consenso, nem todos partilham a mesma visão, prova disso tem sido o ressurgimento de populismos e nacionalismos reacionários ao acolhimento dos migrantes.

As políticas de acolhimento, para além das contrapartidas e os apoios materiais necessários para os imigrantes, é de vital importância o estabelecimento de programas de compromisso individual, tendo em consideração a componente moral e os valores nacionais que fazem parte da história do país de acolhimento, a bandeira, a língua, a história, os costumes e as instituições.



Assim, consideramos validada a HP3 “Os imigrantes em idade ativa recém-chegados quando defraudadas as suas expectativas, são alvos fáceis da propaganda de grupos que agem à margem da Lei, sendo redirecionados para o mundo da criminalidade”.

Será essencial que os Estados-Membros da UE coordenem um plano de contingência para responder de forma eficaz a possíveis fluxos migratórios no futuro. Os conflitos em curso e a procura de melhores condições de vida, significam que as deslocações continuarão.

Neste contexto e com o mesmo objetivo, será porventura para além das políticas e medidas da UE atuação concertada dos diversos escalões de intervenção nacional (país de acolhimento -nacionais, regionais e locais), de inúmeros organismos, nomeadamente dos órgãos autárquicos e associativos, associações representativas e do setor da Educação, entre outros, onde os órgãos de segurança devem procurar interlocutores.

A UE deverá gerir este fluxo migratório com o intuito de maximizar o impacto positivo destes na sociedade e na economia, garantindo a segurança no espaço da UE.

Há que privilegiar o trabalho preventivo e a intervenção precoce sobre as ameaças. Este trabalho é feito pelos órgãos de segurança dos países de acolhimento, em estreita colaboração com os seus congéneres estrangeiros e com todas as entidades direta ou indiretamente relacionadas com o programa de acolhimento.

Uma outra forma para minimizar o impacto na UE deste fluxo de migrantes dos países da ASS não poderá deixar de envolver a UA, de forma a proporcionar uma estrutura política global para ajudar os Estados-Membros da UA no desenvolvimento das suas políticas sociais nacionais para promover a capacitação económica e o desenvolvimento humano.

À luz dessa realidade, é importante investir na estabilização da situação nesses países. Urge, ainda, a necessidade de adotar no quadro da política dos países da ASS planos de ação sobre saúde, e os direitos sexuais e reprodutivos, por forma a efetivar um controlo do crescimento populacional. Ao mesmo tempo, a UE precisa estar preparada para continuar a acolher migrantes no seu território.

Em resposta à QC que serviu de partida par a análise efetuada: **“Quais as implicações dos fluxos migratórios irregulares, oriundos dos países da África Subsariana e expectáveis até 2050, para a União Europeia?”**

Os imigrantes da ASS são oriundos de regiões com outras matrizes culturais, em especial religião islâmica, onde a miséria atinge níveis inaceitáveis, raça negra, estão na idade ativa (o grupo que tipicamente impulsiona a migração), poderão ser portadores de doenças e por norma não conhecem a língua do país que os irá acolher.



Os migrantes são principalmente vulneráveis ao desemprego e este tende ser associado ao aumento da criminalidade, suicídio, violência, consumo de droga e outros problemas sociais passíveis de fomentar a insegurança pessoal, culminando em instabilidade social.

Várias recomendações são possíveis de elencar. Primeiro, mais evidências sobre as interseções entre a migração e o extremismo violento, por forma a moldar as políticas e o discurso público. Em segundo lugar, uma abordagem mais integrada para abordar as causas profundas da migração e dos fluxos de refugiados na UE, deve incluir intervenções específicas para prevenir e combater o extremismo violento. Terceiro, a educação, as oportunidades de emprego e a liberdade de circulação devem ser promovidos entre os migrantes, juntamente com abordagens mais amplas para construir o envolvimento e a resiliência da comunidade. Em quarto lugar, é necessária uma atenção significativa para proporcionar caminhos para a integração dos migrantes na UE e em quinto lugar, como medida preventiva, deve ser dada prioridade ao apoio a iniciativas de desenvolvimento comunitário onde os migrantes se estabelecem.

Julga-se que o objetivo geral da investigação que é o estudo dos fluxos migratórios irregulares da ASS, até 2050, e as suas possíveis implicações para a estabilidade social da UE, foi alcançado indicando algumas medidas para colmatar este impacto espectral com um enorme fluxo de migrantes numa determinada área num curto espaço de tempo.

Como pesquisa futura e complementar a este trabalho seria analisar que papel a China pode desempenhar para o desenvolvimento da ASS, e qual o seu impacto nos fluxos migratórios para a UE.



6. Bibliografia

- ARLEM,E.M.R.aL.A.,2014. Relatório sobre o papel das autoridades locais e regionais na gestão das migrações no Mediterrâneo. [Em Linha] Disponível em: <http://cor.europa.eu/en/activities/arlem/Documents/rapport-ecoter-migration-2014-pt.pdf> [Acedido em 18Abr. 2017].
- Aiken, N.T., 2009 *The (Re)Construction of a Culture of Human Rights: Transitional Justice and Human Security. Human Security Journal* 8. [Em Linha] Disponível em: http://www.peacecenter.sciencespo.fr/journal/issue8/hsj_vol8.pdf [Acedido em 20Jan. 2017].
- Borge,J.V.,Rodrigues,T.F,2016. Ameaças e Riscos Transnacionais no novo Mundo Global.Porto: Fronteira do Caos editores Lda.
- Cláro,L.,2016. Sem migrações, as sociedades europeias não são sustentáveis. O Sol.[Em Linha] Disponível em: <https://sol.sapo.pt/artigo/535257/-sem-migracoes-as-sociedades-europeias-nao-sao-sustentaveis-> [Acedido em 02Jan. 2017].
- Clerix,K.,2015. *Why are terrorists draw to Belgium, The Guardian*. [Em Linha] Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2015/nov/17/terrorists-belgium-paris-attacks> [Acedido em 08Abr 2017].
- CNPD,C. N. de P.de D.,2017. Sistema de Informação Schengen.[Em Linha] Disponível em: https://www.cnpd.pt/bin/actividade/sis_schengen.htm [Acedido em 29Abr. 2017].
- COM,2008. Uma política comum de imigração para a Europa: princípios, ações e instrumentos, Bruxelas: Comissão Europeia,
- COM,2014. Migração e Asilo – Construir uma Europa Aberta e Segura, Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- COM,2015a. *Demography Report*. [Em Linha] Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/web/products-statistical-books/-/KE-BM-15-003> [Acedido em 10Jan. 2017].
- COM,2015b. *Joint Foreign and Home Affairs Council: Ten point action plan on migration*. [Em Linha] Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-15-4813_en.htm [Acedido em 20Jan. 2017].
- COM,2015c. *A Eupean Agenda on Migration*. [Em Linha] Disponvivel em: <http://ec.europa.eu/anti->



[trafficking/sites/antitrafficking/files/communication_on_the_european_agenda_on_migration_en.pdf](http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs_432_en.pdf) [Acedido em 25Fev. 2017].

COM,2015d. Europeans' Attitudes Towards Security. [Em Linha] Disponível em: http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs_432_en.pdf

[Acedido em 24Abr.2017].

COM,2017a. *European Migration Network –Glossary*. [Em linha] Disponível em : https://ec.europa.eu/home-affairs/e-library/glossary/m_en [Acedido em 08Mar. 2017].

COM,2017b. *White Paper on the future of Europe*. [Em Linha] Disponível em : https://ec.europa.eu/commission/white-paper-future-europe-reflections-and-scenarios-eu27_en [Acedido em 20Mar. 2017].

COM,2017c. *White paper on the future of Europe*. [Em Linha] Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/publications/white-paper-future-europe_en

[Acedido em 27Abr. 2017].

COM,2017d. *Migration on the Central Mediterranean route Managing flows, saving lives*.

[Em Linha] Disponível em: [https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-](https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/proposal-implementation-package/docs/20170125_migration_on_the_central_mediterranean_route_-_managing_flows_saving_lives_en.pdf)

[migration/proposal-implementation-](https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/proposal-implementation-package/docs/20170125_migration_on_the_central_mediterranean_route_-_managing_flows_saving_lives_en.pdf)

[package/docs/20170125_migration_on_the_central_mediterranean_route -
managing flows saving lives en.pdf](https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/proposal-implementation-package/docs/20170125_migration_on_the_central_mediterranean_route_-_managing_flows_saving_lives_en.pdf) [Acedido em 30Abr. 2017]

Correia, A. M., 2016. *Dilemas da Segurança e Defesa Europeia nos dias de hoje*, s.l.: Eurodefense.

Costa, P.M., 2012. *Comunidade Política, Imigração e Coesão Social: O caso português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CRP,2017. *Politik und Zeitgeschichte* [Em Linha] Disponível em: <https://crp-infotec.de/eu-nachbarschaftspolitik-enp/> [Acedido em 25Abr. 2017].

Economist,2017. Terrorist atrocities in western Europe. [Em Linha] Disponível em: <https://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2017/03/terrorism-timeline> [Acedido em 28Abr. 2017].

Educação, G.-g d.,2016. *Direção-Geral da Educação*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.dge.mec.pt/educacao-para-cidadania> [Acedido em 21Mar. 2017].

EENI, E.E. de N.I.,2010. *A parceria Oriental da União Europeia*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.reingex.com/pt/UE-Asociacion-Oriental.shtml> [Acedido em 23Mar. 2017].



- Eliassen, I., 2016. Operações no Mediterrâneo não travam traficantes de refugiados. [Em Linha] Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/12/31/mundo/noticia/missao-impossivel-no-mediterraneo-1756582> [Acedido em 15Jan. 2017].
- Eur-Lex, 2009. O espaço e a cooperação *Schengen*. [Em Linha] Disponível em http://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/schengen_agreement.html?locale=pt [Acedido em 01Mar. 2017]
- Eurobarometer, 2015. *Europeans' attitudes towards security*, Bruxelas: Comissão Europeia. Vision of Humanity, 2017. Global Peace Index. [Em Linha] Disponível em: <http://static.visionofhumanity.org/#/page/indexes/global-peace-index> [Acedido em 15Mar. 2017].
- Eurobarometer, 2017. *Statistics on enforcement of immigration legislation* [Em Linha] Disponível em: http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Statistics_on_enforcement_of_immigration_legislation [Acedido em 01Fev. 2017].
- EUROCID, 2017. A União Europeia e os fluxos migratórios. [Em Linha] Disponível em: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.preview?p_sub=52&p_cot_id=9509&p_est_id=18124 [Acedido em 30Abr. 2017].
- Euronews, 2017. Eleições Francesas [Em Linha] Disponível em: <http://pt.euronews.com/hot-topic/eleicoes-presidenciais-francesas-2017#> [Acedido em 24Abr. 2017].
- Europol, 2016. *European Union Terrorism Situation and trend report 2016*. [Em linha] Disponível em: www.europol.europa.eu/sites/default/files/publications/europol_tesat_2016.pdf [Acedido em 15Abr. 2017].
- Eurostat, 2015. *Demography Report*, Lugemburgo: União Europeia.
- FIDA, F.I.d. D.A., 2010. Mandar dinheiro para casa, em África. [Em Linha] Disponível em: <https://www.ifad.org/documents/10180/18d77806-8e82-4402-9311-a82b54121241> [Acedido em 15Mar. 2017].
- FRONTEX, 2017. Migratory Routes Maps. [Em Linha] Disponível em: <http://frontex.europa.eu/trends-and-routes/migratory-routes-map/> [Acedido em 30Abr. 2017].
- GDDC, G.d.D.e D. C., 2016. Texto da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen de 14 de Junho de 1985 entre os Governos dos Estados da União Económica Benelux, da República Federal Alemanha e da República Francesa Relativo à Supressão Gradual



- dos Controlos nas Fronteiras Comuns.[Em Linha] Disponível em <http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-penal/textos-mpenal/ue/schb-9.html> [Acedido em 05Jan. 2017].
- Goldstone, J. A.,2016. *The impact of Global Demographic Changes on the Internacional Security Environment*. [Em Linha] Disponível em: https://papers.ssrn.com/Sol3/papers.cfm?abstract_id=1449145 [Consultado em 21ABR de 2017].
- Gozalez-Garcia J.,Hitaj E.,Mlachila M.,Viseth A. e Yenice M,2016.*Sub-Saharan African Migration* [PDF] Washington. Disponível em www.imf.org/~media/files/publications/.../spillovernote9.ashx [Acedido em 02Mar. 2017] .
- Group,H.S.S.,2007. *A European Way of Security: The Madrid Report of the Human security Study Group comprising a Proposal and Background Report*, Madrid:s.n
- Gulbenkian,F.C.,2016. A Europa, a Crise dos Refugiados. [Em Linha] Disponível em: <https://gulbenkian.pt/noticias/vision-europe-summit-2016/> [Acedido em 22Jan. 2017].
- Guterres,A.,2016.Grande Entrevista da RTP 3. [Em linha] Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/entrevista-a-antonio-guterres_v886316 [Acedido em 26Mai. 2017].
- Henrique, J.G.,2014. A Violência Urbana é gerível na Europa. 21 Out p.5.
- Institute, M. P., 2016.*Understanding and addressing public anxiety about immigration*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.migrationpolicy.org/research/understanding-and-addressing-public-anxiety-about-immigration> [Acedido em 24Mar. 2017].
- Internacionais, J. de D. e R.,2013.O conceito de segurança. [Em Linha] Disponível http://database.jornaldefesa.pt/politicas_de_defesa/portugal/JDRI%20047%20090413%20conceito%20seguran%C3%A7a.pdf [Acedido em 15Jan. 2017].
- Janus,2014.A Europa em 2014: desafios internos e instabilidades externa. [Em Linha] Disponível em: http://janusonline.pt/images/anuario2014/1.10_PatriciaDaehnhardt_Europa2014.pdf [Acedido em 22Mar. 2017].
- Juncker,J.C.,2015. *President Juncker's announcement on the migration agenda*. [Em linha] Disponível em: http://ec.europa.eu/priorities/migration_en [Acedido em 19Mar. 2017].



- Kelly,S.,2010.*The Psychological Consequences to Adolescents for Exposure to Gang Violence in the Community: An Integrated Review of the Literature*. Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing.23.pp 61-73.
- Kim, J. Y.,2013. *World Development Report 2013*. Washington DC. World Bank.
- Kleinschmidt, H.,2006. *Migration, Regional Integration, and Human Security: the Formation and Maintenance of Transnational Spaces*. Hampshire. Ashgate Publishing Limited.
- Koser, Khalid, 2016. *Migration and Violent Extremism in Contemporary Europe* [Em Linha] Disponível em: <http://blogs.worldbank.org/peoplemove/migration-and-violent-extremism-contemporary-europe> [Consultado em 21ABR de 2017].
- Kuhn, Andreas; Lalive, Rafael; Zweimüller, Josef,2009. *The Public Health Costs of Job Loss*. Journal of Health Economics.29. 1099–1115.
- Marenin, O., 2010. *Challenges for Integrated Border Management in the European Union*. Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces. Occasional Paper n.º17. [Em Linha] Disponível em: <https://www.ciaonet.org/attachments/18671/uploads> [Acedido em 14Jan. 2017].
- Matias,G.S.,2016. O desafio e a oportunidade da integração. XXI, ter opinião, Janeiro-Junho, pp 96-99.
- MSF,2013.*Violencia,vulnerabilidad y migración: atrapados a las puertas de Europa*. [Em Linha] Disponível em: http://www.webislam.com/agenda/84381-violencia_vulnerabilidad_y_migracion_atrapados_a_las_puertas_de_europa.html [Acedido em 12Abr. 2017].
- Mundo, M. d., 2017. *World of Maps*. [Em Linha] Disponível em: <http://mapsof.net/> [Acedido em 20Fev. 2017].
- Nations, U.,2004. *A more secure world: Our shared responsibility. Report of High-level Panel on Threats, Challenges and Change*. [Em Linha] Disponível em: http://www.un.org/en/peacebuilding/pdf/historical/hlp_more_secure_world.pdf [Acedido em 15Mar. 2017].
- Nations,U.,2012.*Toolkit on International Migration*. [Em Linha] Disponível em: <https://gmdac.iom.int/toolkit-international-migration> [Acedido em 05Mar. 2017]
- Nations,U.,2015.*International Migration Report 2015:Highlights*, Nova Iorque: United Nations.



- Nations,U.,2016. *The demographic Profile of African Countries*. [Em Linha] Disponível em: http://www.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/demographic_profile_rev_a_pril_25.pdf [Acedido em 15Abr. 2017].
- Nogueira,J.M.F.,2005. Pensar a Segurança e a Defesa. Lisboa. Edições Cosmos
- OIM,O.I.p.a.M.,2011. *Glossary on Migration 2nd edition*. [Em Linha] Geneva. Disponível em: <http://www.epim.info/wp-content/uploads/2011/01/iom.pdf> [Consultado 07MAR de 2017].
- OIM,O.I.p.a.M.,2016. *Internacional Organization for Migrations Documents*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.iom.int/un-documents> [Acedido em 04Nov. 2016].
- OIM,O.I.p.a.M.,2017a.About IOM. [Em Linha] Geneva Disponível em: <https://www.iom.int/about-iom> [Acedido em 07Mar. 2017].
- OIM,O.I.p.a.M.,2017b. *Missing Migrants Projetc*. [Em Linha] Disponível em: <https://missingmigrants.iom.int/> [Acedido em 28Abr. 2017].
- Paixão, M. d. L. L., (2000). Educar para a Cidadania. Lisboa: Lisboa Editora S. A..
- Papademetriou,D.G.,2008, A Europa e os seus imigrantes no seculo XXI, Lisboa: Fundação Luso-Americana.
- PE,P.E.,2017a.Politica de Imigração. [Em Linha] Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_5.12.3.pdf [Acedido em 30Mar. 2017].
- PE,P.E.,2017b. Resolução do Parlamento Europeu sobre a resiliência como prioridade estratégica da ação externa da EU. [Em Linha] Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+MOTION+B8-2017-0381+0+DOC+XML+V0//PT> [Acedido em 26MAI de 2017].
- Pew Research Center, 2009. *Mapping the Global Muslim Population*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.pewforum.org/2009/10/07/mapping-the-global-muslim-population/> [Acedido em 4 abril de 2017].
- Pew Research Center,2016. *Europeans Fear Wafe of Migrants Will Mean More Terrorism, Fewer Jobs*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.pewglobal.org/2016/07/11/europeans-fear-wave-of-refugees-will-mean-more-terrorism-fewer-jobs/> [Acedido em 30Mar. 2017].
- Pew Research Center,2017. *Why Muslims are the world's fastest-growing religious group*



- [Em Linha] Disponível em <http://www.pewresearch.org/fact-tank/2017/04/06/why-muslims-are-the-worlds-fastest-growing-religious-group/> [Acedido em 10Abr. 2017].
- Pinheiro,P.s.,2006. *World Report on Violence against Children*. United Nations Secretary-General's Study on Violence against Children.Nova Iorque.Nações Unidas.
- PNUD, P.d. N. U. p. o. D.,1994. *Human Development Report 1994*, Nova Iorque: Oxford University Press.
- PNUD, P.d. N. U. p. o. D.,2012. *O Futuro Sustentável que queremos*. Brasília. Nações Unidas.
- PNUD,P.d.N.U.p.o.D,2016.*Human Development Report 2016*, Nova Iorque: Library of Congress.
- Portuguesa,R.,2017. Primeiro-Ministro Felicita Emmanuel Macron pela vitória nas eleições Presidenciais Francesas [Em Linha] Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/pm/noticias/20170507-pm-pr-franca.aspx> [Acedido em 08Mai. 2017].
- PRB,P.R.B.,2016. *2016 World Population Data Sheet* [Em Linha] Disponível em: <http://www.prb.org/Publications/Datasheets/2016/2016-world-population-data-sheet.aspx> [Acedido em 22 Fev. 2017].
- PRC,P.R.C.,2016. *Europeans Fear Wave of Refugees Will Mean More Terrorism, Fewer Jobs* [Em Linha] Disponível em: <http://www.pewglobal.org/2016/07/11/europeans-fear-wave-of-refugees-will-mean-more-terrorism-fewer-jobs/> [Acedido em 03Jan. 2017].
- Ranstorp,M.,2010. *Where does the Radicalisation Process Lead? Radical Community, Radical Network and Radical Subculture*. Abingdon,Oxon: Routledge.
- Rodrigues,T.F.,2010. Dinâmicas Migratórias e Riscos de Segurança em Portugal. [Em Linha] Disponível em: http://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncaderno_2.pdf [Acedido em 24Mar. 2017].
- Rodrigues,T.F., Ferreira,S.de S.,2013. A Península Ibérica. Migrações e contexto Securitários -, Revista de Ciências Militares, Vol. I, nº2. Lisboa :IESM
- Rodrigues,T.,Pérez, R. G. & Ferreira, S. d. S.,2015. *Globalization and International security – Na overview*. New York: Nova Publisher.
- Rodrigues,T.F.,2016. *Ameaças e riscos Transnacionais no novo Mundo Global*. Porto: Fronteira da Caos Editores Lda.



- States, D.o.,2012: *Trafficking in Persons Report 2012*. [Em Linha] Disponível em: <https://www.state.gov/j/tip/rls/tiprpt/2012/> [Consultado em 12ABR de 2017].
- Santos, L. A. B. M. F. T. L. J. M. M. V. & S. N. M. P. e. S. J. C. V. F., 2016. Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação. Lisboa: IUM
- UA, U. A.-., 2008. *QUADRO DA POLÍTICA SOCIAL PARA ÁFRICA*, NAMÍBIA: s.n.
- UNCHR, 2016. *The UN refugee Agency*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/home> [Acedido em 03 Mar. 2017].
- UE,U.E., 2016. Tratado de Amesterdão que altera o tratado da União Europeia, os tratados que instituem as comunidades europeias e alguns actos relativos a esses tratados. [Em Linha] Disponível em: https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty_of_amsterdam_pt.pdf [Acedido em 20Abr. 2017].
- UE,U.E., 2017. *Military and civilian missions and operations*. [Em Linha] Disponível em: https://eeas.europa.eu/topics/military-and-civilian-missions-and-operations/430/military-and-civilian-missions-and-operations_en [Acedido em 05MAI de 2017].
- UNHCR, U.N.H.C.f.R.,2016. *Better Protecting refugees in the UE and Globally* [Em Linha] Disponível em :<http://www.refworld.org/docid/58385d4e4.html> [Consultado 14MAR de 2017].
- UNCHR, U.N.H.C.f.R.,2016. *The UN refugee Agency*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/home> [Acedido em 05MAI de 2017].
- UNICEF,U.N.C.F., 2014. *Generation 2030 – Africa Child demographics in Africa* [Em Linha] Joanesburgo. Disponível em: https://www.unicef.org/publications/files/Generation_2030_Africa.pdf. [Consultado 02 MAR de 2017].
- UNICEF, U.N.C.F., 2016. *New York Declaration* [Em Linha] Nova York. Disponível em: <http://refugeesmigrants.un.org/declaration>. [Acedido em 03Mar. 2017].
- Vanesa,T.,2017. How did the left radicalism of my Manchester youth give way to Islamism? The Guardian.[e-journal] Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/may/28/islamism-separation-other-peoples-even-muslims> [Acedido em 28Mai. 2017].



Weiner, Myron, 1995. *The Global Migration Crisis. Challenge to States and to Human Rights*, Londres: Addison Wesley Publishing Company.

Williams, T. D., 2015. *New Research Charts Europe's Inexorable Slide Toward Islam*. [Em Linha]

Disponível em: <http://www.breitbart.com/national-security/2015/01/16/new-research-charts-europes-inexorable-slide-toward-islam/> [Acedido em 19Abr. 2017].



Anexo A — Corpo de conceitos

O corpo de conceitos aqui apresentados tem por base o definido pela *International Organization for Migration* (IOM), que é a principal organização intergovernamental no domínio da migração e trabalha em estreita colaboração com os parceiros governamentais, intergovernamentais e não-governamentais. Com cento e sessenta e dois Estados-membros e nove Estados-observadores, a IOM dedica-se a promover uma migração humanitária e ordenada em benefício de todos (IOM, 2017).

1. Asilo

É a proteção concedida por um Estado no seu território, com base no princípio de *non-refoulement* e nos direitos dos refugiados reconhecidos internacional e/ou nacionalmente, a uma pessoa incapaz de procurar proteção no seu país de cidadania e/ou de residência, em particular, por medo de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertença a um determinado grupo social ou opinião política.

2. Deslocados

Indivíduos que deixam o seu Estado ou comunidade devido ao sentimento de medo ou por outros motivos que não aqueles que o fariam dele um refugiado. Um indivíduo deslocado é forçado a fugir por causa de conflitos internos ou de naturais ou provocados pelo homem, podemos identificar dois tipos de deslocados os externos e internos.

3. Deslocados internos (IDPs)

Indivíduos forçados a fugir do seu local de residência habitual, em particular para evitar os efeitos de conflito armados, situação de violência generalizada, violações dos direitos humanos, catástrofes naturais ou criadas pelo homem, mas não atravessam uma fronteira estatal internacionalmente reconhecida.

4. Deslocados externos

Indivíduos que abandonam involuntariamente o país de origem por perseguição, violência generalizada, situações de conflito armado ou outras catástrofes provocadas pelo homem.

5. Fluxo migratório



Número de migrantes contabilizados em movimento autorizados ou não, para ou de um dado lugar num período definido.

A União Europeia define como o número de migrantes que atravessam uma fronteira, dentro de um período de tempo específico, para efeitos de estabelecer residência (EUCOM,2015). Os movimentos irregulares são os que resultam de uma entrada irregular, violação de uma condição de entrada ou a expiração da sua base jurídica para a entrada a residência, em que o imigrante carece de estatuto legal no país de trânsito ou de acolhimento (EUCOM,2015).

6. Imigrante

Um processo pelo qual os não nacionais se deslocam para um país para efeitos de fixação.

7. Imigrante económico

Indivíduo que deixa o seu local de residência habitual para viver fora do seu país de origem, com o objetivo de melhorar as suas condições de vida. Também se aplica a indivíduos que se estabelecem fora do país de origem durante uma determinada época (trabalhadores sazonais).

8. Imigrante irregular

Designa o imigrante que atravessa a fronteira entrando no território de determinado Estado sem autorização ou então que entrou de forma legal, mas entretanto deixou de ter permissão desse Estado para permanecer no território (OIM,2011).Esta é também a terminologia que é adotada pela Comissão Europeia, considerando ser de evitar o termo “imigração ilegal” dada a associação que muitas vezes é feita com a criminalidade, já que a maioria dos migrantes irregulares não são criminosos (EUCOM,2015). Atravessar a fronteira externa do espaço Schengen em violação de qualquer condição de entrada ou permanência, utilizaremos o termo “irregular” em detrimento de “ilegal”, embora muitas das vezes estes dois termos sejam considerados como sinónimos no contexto das migrações.

9. Migração



Entendida como o movimento de pessoas ou grupo de pessoas através das fronteiras externas (migração internacional) ou dentro de um Estado (migração interna). Ou seja, movimento populacional, abrangendo qualquer movimento de pessoas independente do período, das causas (voluntário ou involuntário) e da forma como se processa (regulares ou irregulares), inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, migrantes económicos e pessoas que se deslocam com outros fins incluindo o reagrupamento familiar.

10. Migração Forçada

Conceito utilizado para descrever um movimento migratório em que existe um elemento de coação, incluindo ameaças à vida e à subsistência, quer decorrente de causas naturais ou artificiais (movimento de refugiados, de deslocados internamente, pessoas deslocadas devido a desastres naturais, ambientais, químicos, nucleares, fome e desenvolvimento de projetos).

11. Migração irregular

Designa a entrada e/ou residência e/ou emprego de migrantes de países terceiros num país da UE sem terem a devida documentação, autorização ou registo.

12. Migrante

Entendida como o movimento de qualquer pessoa através das fronteiras externas (migração internacional) ou dentro de um Estado (migração interna), independentemente se é um movimento legal, se é voluntário ou involuntário, as razões do movimento e a sua duração.

13. Non-refoulement

Princípio do direito internacional dos refugiados, que proíbe que os Estados de reenviar refugiados para países ou territórios em que a sua vida ou liberdade possam ser ameaçadas.

14. Refugiado

Uma pessoa que temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país. (Art. 1(A)(2), Convenção relativa ao Estatuto de Refugiado de 1951, Art. 1A(2) modificado pelo protocolo de 1967.). Em complemento com a definição de refugiado da Convenção de Refugiados de 1951 art. 1(2) , a Organização da Unidade Africana (OUA) de 1969 define refugiado como



qualquer pessoa forçada a deixar o seu país “devido a agressão externa, ocupação, domínio por estrangeiros ou eventos que perturbem seriamente a ordem pública em parte ou na totalidade do seu país de origem ou nacionalidade. De igual forma , a declaração de Cartagena de 1984 refere que também são considerados refugiados as pessoas que fogem do seu país “ porque as suas vidas, segurança ou liberdade, estão seriamente ameaçadas pela violência, agressões externas , conflitos internos, violações maciças de direitos humanos ou outras circunstancias que perturbem seriamente a ordem pública.

15. Reunificação Familiar

Processo segundo o qual membros de uma família, separados através de migração forçada ou voluntária, se podem reagrupar num outro país que não o de origem. Implica um certo grau de discricionariedade do Estado face à admissão.

16. Segurança humana

Entendida como conjunto de princípios e medidas relativas às necessidades básicas dos indivíduos e das comunidades em tempo de perigo (Group,2007,p.3) tendo sido inicialmente reconhecida pelas Nações Unidas, em 1994. No contexto da UE foi reconhecida em 2004 e é utilizada como elemento concetual que permite avaliar até que ponto os princípios da segurança humana são incluídos nas decisões e missões que a União realiza, numa visão multidimensional de segurança que não se restringe apenas à sua visão militar *in stricto sensu*.



Anexo B — Políticas da União Europeia para lidar com as migrações

Agenda Europeia da Migração (2015) - A Agenda Europeia da Migração é lançada numa altura em que é preciso adotar uma abordagem global da gestão da migração porque nenhum EM consegue gerir isoladamente e com eficácia este fenómeno. A Agenda Europeia da Migração tem vários pilares que são: reduzir os incentivos à migração irregular, salvar vidas humanas, garantir a segurança das fronteiras e criar uma política de asilo sólida e uma em matéria de migração legal (EUROCID,2017).

Agenda Europeia para a Segurança - Para o desenvolvimento da UE enquanto Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, temos que assegurar a livre circulação de pessoas em conjugação com medidas adequadas em relação à migração e à proteção internacional. Além disto, uma eficiente política em matéria de segurança e de combate à criminalidade, ao racismo e à xenofobia é fundamental. Para garantir a segurança, a UE implementa eficazes medidas de coordenação e de cooperação entre as autoridades policiais e judiciais europeias. A Agenda Europeia para a Segurança tem como principais prioridades assegurar o pleno respeito dos direitos fundamentais, garantir mais transparência, responsabilidade e controlo democrático, assegurar uma melhor aplicação dos instrumentos jurídicos da UE, combater a radicalização, cooperar com países terceiros na luta contra o terrorismo, resolver o problema do tráfico ilegal de armas, combater a cibercriminalidade e reforçar a capacidade da Europol (EUROCID,2017).

Sistema Europeu Comum de Asilo - O Sistema Europeu Comum de Asilo é constituído por cinco atos legislativos distintos: o Regulamento de Dublin, a Diretiva Procedimentos de Asilo, a Diretiva Qualificações, a Diretiva Condições de Acolhimento e as regras do EURODAC sobre a recolha de impressões digitais. Tem como objetivo melhorar as possibilidades de apresentação de um pedido de asilo, harmonizar determinadas normas nacionais em matéria de asilo, adotar um "estatuto uniforme" para os requerentes de asilo na UE, dar respostas adaptadas às situações de vulnerabilidade, criar medidas de integração, aplicar novas medidas de acompanhamento, e estabelecer uma partilha das responsabilidades e solidariedade financeira entre os EM. O número de requerentes de asilo que chegam todos os anos à UE não está repartido de forma uniforme entre os países, sendo que mais de 90%



dos pedidos de asilo são feitos em apenas 10 países, estando a Alemanha e a França no topo da lista (EUROCID,2017).

Rede Europeia das Migrações - A REM foi adotada em 2008. Esta rede europeia tem como objetivo providenciar informação e dados atualizados aos decisores políticos europeus e ao público em geral sobre as políticas de migração e asilo em todos os EM. O trabalho da REM é coordenado pela Comissão Europeia. No caso de Portugal, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) constitui o ponto de contacto nacional para a REM (EUROCID,2017).

Política Europeia de Vizinhaça - A PEV foi criada em 2004 com o objetivo de impedir o surgimento de tensões entre os EM e os seus vizinhos, bem como reforçar a prosperidade, a estabilidade e a segurança de todos. Esta política está baseada nos valores da democracia, no Estado de direito e no respeito pelos direitos humanos. É composto por planos de ação bilaterais entre a UE e os países associados em duas dimensões regionais: a Parceria Oriental e a União para o Mediterrâneo. Aplica-se a 16 dos vizinhos mais próximos da UE: Argélia, Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Egito, Geórgia, Israel, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Moldávia, Palestina, Síria, Tunísia e Ucrânia (EUROCID,2017).

Política Comum de Segurança e Defesa - A PCSD é a política de segurança e defesa da UE. Foi adotada em 2009 e integra a Política Externa da UE e a Política Externa e de Segurança Comum (PESC). Os tipos de tarefas que podem ser realizadas ao abrigo da PCSD incluem: tarefas humanitárias e de salvamento, prevenção de conflitos, tarefas para as forças de combate na gestão de crises, operações conjuntas de desarmamento, tarefas de aconselhamento e assistência militar e tarefas de estabilização pós-conflito (EUROCID,2017).



Anexo C — Plano de ação de dez pontos

O plano de ação de dez pontos para a migração, propostos pela Comissão Europeia (COM,2015b).

- Reforçar as operações conjuntas no Mediterrâneo, nomeadamente as operações “Triton” e “Poseidon”, aumentando os recursos financeiros e o número de meios e alargando a área operacional, para permitir uma maior intervenção no quadro do mandato da FRONTEX;
- Dinamizar o esforço sistemático para capturar e destruir os navios utilizados pelos contrabandistas;
- Reunir regularmente a EUROPOL, FRONTEX, EASO e EUROJUST para recolha de informações sobre o modus operandi dos traficantes, rastrear os seus fundos e auxiliar a investigação;
- Destacar as “Equipas de Apoio no domínio do Asilo” para a Itália e na Grécia por parte do EASO para o tratamento conjunto de pedidos de asilo;
- Recolher de impressões digitais de todos os imigrantes por parte dos Estados-membros;
- Examinar opções para um mecanismo de recolocação de emergência;
- Lançar um projeto-piloto voluntário a nível da UE em matéria de reinstalação, oferecendo um certo número de lugares a pessoas que necessitem de proteção;
- Criar um novo programa de regresso que preveja o regresso rápido dos migrantes em situação irregular, coordenado pela FRONTEX, a partir dos Estados-membros fronteiriços;
- Cooperar com os países vizinhos da Líbia através de esforços conjuntos entre a COM e o Serviço Europeu de Ação Externa;
- Mobilizar Agentes de Ligação da Imigração em países-chave terceiros, para recolha de informações sobre os fluxos imigratórios e reforço do papel das delegações da UE.



Anexo D — Agenda Europeia da Migração – Quatro pilares para uma melhor gestão da migração.

Ações Imediatas

- Triplicar as capacidades e recursos para as operações conjuntas da Frontex “Triton” e “Poseidon” para 2015 e 2016.
- Ativação de um sistema de resposta de emergência previsto no artigo 78 n°3 (3) do Tratado para uma melhor distribuição dos requerentes de asilo na Europa.
- Nova abordagem designada “Ponto de acesso” sobre coordenação da Comissão, EASO, Frontex e Europol que trabalharão no terreno com os Estados-Membros da primeira linha para proceder à identificação, registo e recolha das impressões digitais dos migrantes que chegam e coordenar o regresso dos em situação irregular.
- € 60 Milhões para financiamento de emergência destinado aos Estados-Membros da primeira linha.
- € 50 Milhões para um programa de reinstalação de cerca de 20 000 pessoas na Europa.
- € 30 Milhões para Programas de Proteção e Desenvolvimento Regional (RDPPs) a partir do Norte de África e do Corno de África em 2015/2016.
- Partilha de informação da Europol com o contributo de todas as agências UE que permitam dismantelar redes criminosas, Frontex and Europol definirão o perfil das embarcações passíveis de ser utilizadas pelos passadores.
- Operações de Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) no Mediterrâneo para destruir e capturar embarcações.
- Migração passará a ser uma componente específica das missões em curso da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) em países como o Níger e Mali, com o reforço da vertente de gestão das fronteiras.
- A criação de um centro piloto polivalente no Níger em cooperação com OIM e ACNUR.
- Implantação de Agentes Europeus de Migração em delegações na UE nomeadamente nos países de trânsito.

Caminho a seguir:



1- Reduzir os incentivos à imigração irregular

- Um plano de ação para intensificar a investigação e ações penais sobre as redes criminosas de migração ilegal, por forma a dismantela-las e leva-las à justiça.
- Um manual de regresso, apoiará os Estados-Membros com orientações comuns e boas práticas.
- Reforço da cooperação com países terceiros no campo do tráfico e retorno de migrantes.
- Reforço do papel em matéria de migração das delegações da UE em países-chave.
- Reforçar o papel da Frontex nas operações de regresso, bem como criação de um departamento para ajudar os Estados-Membros aplicar a Diretiva Regresso.

2- Uma sólida política de asilo

- Criar um novo sistema de acompanhamento e de avaliação do Sistema Europeu Comum de Asilo.
- Avaliar e rever eventualmente o Regulamento Dublin em 2016.
- Estabelecer orientações para lutar contra os abusos do sistema de asilo.
- Reflexão sobre os estabelecimentos de um processo único de decisão em matéria de asilo para garantir a igualdade de tratamento dos requerentes de asilo em toda a Europa.

3- Salvar vidas e garantir a segurança das fronteiras externas

- Nova proposta sobre “Fronteiras Inteligentes”.
- Financiar iniciativas para reforçar a capacidade dos países do norte de África para intervir e salvar migrantes em perigo.
- Reflexão sobre a criação Guarda Europeia Fronteira e Costeira.
- Reforçar o papel e capacidades da Frontex.

4- Uma nova política de migração legal

- Modernizar e reformular o sistema de “Cartão Azul”.
- Estabelecer uma plataforma de diálogo com os parceiros sociais e empresas dos Estados-Membros sobre migração económica.
- Remessas de fundos mais baratas, mais rápidas e mais seguras.
- Refletir sobre o desenvolvimento de um “expression of interest system” que através



de critérios verificáveis produza automática uma seleção inicial de potenciais migrantes.

- Maximizar o desenvolvimento dos países de origem.



Anexo E — Estratégia da União Europeia para lidar com as migrações

Abordagem Global da Migração (2005) - A Abordagem Global das Migrações foi aprovada pelo Conselho Europeu a 15 e 16 de dezembro de 2005. A sua finalidade é salientar a necessidade de uma abordagem integrada e global em matérias migratórias. Esta estratégia europeia é composta por vários objetivos e ações que terão de ser implementadas: aumentar da cooperação operacional entre os EM, fomentar o desenvolvimento da FRONTEX e a criação de redes regionais de agentes de ligação para a imigração em regiões prioritárias e instáveis, gerir os fluxos migratórios a partir do trabalho conjunto com os países de origem e trânsito, melhorar a organização da migração para o desenvolvimento, promover a mobilidade e a migração legal para a UE. A abordagem europeia baseia-se na perceção que existe capacidade de absorção de acordo com as necessidades laborais de cada EM. A Abordagem Global das Migrações também identifica o crime organizado, o terrorismo e a cibercriminalidade como novas ameaças e desafios para a EU (EUROCID,2017).

Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo (2008) - Este pacto, assinado a 24 de setembro de 2008, constituiu a base para as políticas de imigração e asilo da UE. Os objetivos foram a renovação das parcerias com países terceiros, o compromisso de melhorar a colaboração entre os EM, aumentar o espírito de responsabilidade e solidariedade mútua, organizar a imigração legal tendo em conta as prioridades, necessidades e capacidade de receção definidas por cada EM, promover a integração dos imigrantes, controlar a imigração irregular e criar controlos nas fronteiras mais eficazes (EUROCID,2017).

Diálogo UE-África sobre Migração e Mobilidade - A parceria UE-África em matéria de migração, mobilidade e emprego foi lançada durante a Cimeira UE-África de dezembro de 2007, quando foram aprovadas a Estratégia Conjunta UE-África e o Primeiro Plano de Ação (2008-2010). Em matéria de migração, foi adotado um plano de ação 2014-2017 centrado nas seguintes prioridades: tráfico de seres humanos, remessas de emigrantes, diáspora, mobilidade e migração laboral, proteção internacional e migração irregular (EUROCID,2017).

Processo de Rabat (UE-África. Desenvolvimento) - O Processo de Rabat é um mecanismo de cooperação lançado em 2006 pelos Estados implicados na rota migratória da



África Ocidental. Integra cerca de 60 países africanos e europeus. Tem como objetivo melhorar a ligação entre a migração e o desenvolvimento, com base na convicção de que a gestão da migração poderá contribuir para o desenvolvimento sustentável (EUROCID,2017).

Processo de Cartum (UE-África) - O Processo de Cartum, também conhecido como Iniciativa para a Rota Migratória UE-Corno de África, tem como objetivo estabelecer um diálogo permanente sobre migração e mobilidade entre vários países europeus e africanos, reforçando a cooperação entre eles e lutando contra o tráfico de seres humanos e a introdução clandestina de migrantes. É dirigido por um comité diretor (composto por Itália, França, Alemanha, Reino Unido e Malta), cinco países africanos (Egito, Eritreia, Etiópia, Sudão do Sul e Sudão), a Comissão Europeia, o Serviço Europeu para a Ação Externa e a Comissão da União Africana (EUROCID,2017).

Plano de Ação para a Região do Sahel - Adotado em 2015 pelo Conselho Europeu, o Plano de Ação para a Região do Sahel 2015-2020, estabelece o quadro geral para a aplicação da estratégia da UE para a segurança e o desenvolvimento do Sahel. Os objetivos deste plano são: a intervenção da UE em cinco países da área para prevenir e lutar contra a radicalização, criar condições adequadas para os jovens, gerir as fronteiras e lutar contra o tráfico ilícito e a criminalidade organizada e transnacional (EUROCID,2017).

Plano de Ação para a Região do Corno de África - Adotado em 2015 pelo Conselho Europeu, o Plano de Ação para a Região do Corno de África [en] tem como objetivo prevenir conflitos e promover a segurança duradoura, a estabilidade, o desenvolvimento e a boa governação, com base nos princípios democráticos da inclusão, do estado de direito e do respeito pelos direitos humanos. Os planos de ação centrar-se-ão na relação entre migração e desenvolvimento, focando o trabalho na prevenção e luta contra a migração irregular, a introdução clandestina de migrantes e o tráfico de seres humanos (EUROCID,2017).



Anexo F — Ansiedade das populações nativas

- 1) Fluxos migratórios que excedem a capacidade de um país a gerir de forma ordenada.
O relatório refere que o fator mais relevante para o aumento da ansiedade da população residente não é a quantidade de migrantes per si, mas sim se o fluxo de imigrantes²³ é, ou aparenta ser, impossível de gerir de forma ordeira (Nations, 2012).
- 2) Preocupações de que os imigrantes irão competir com a população residente por recursos económicos escassos.
O relatório neste tópico foca a perceção da narrativa popular de que os imigrantes vêm “tirar-nos” os trabalhos que poderiam ser feitos por cidadãos nacionais. Receiam que as suas características (possível desconhecimento da língua, ou falta de redes de apoio familiares, etc) venham adicionar pressão aos sistemas de segurança social, sendo um fardo para o erário público, realidade sentida principalmente a nível local.
- 3) Perceção de que os migrantes irão diluir os valores ou identidades da comunidade para onde migram.
Este ponto debruça sobre a ideia de que os imigrantes irão estabelecer uma comunidade segregada, sem se integrarem, mantendo valores e ideias que podem ser diferentes ou até mesmo contraditórios dos valores e ideias da sociedade receptora. O efeito é exacerbado se as diferenças entre a população imigrante e a nativa forem visíveis (particularmente religiosa).
- 4) Atos de terrorismo ou crime perpetrados por elementos da comunidade migrante.
Refere como os atos de terrorismo ou crime realizados por elementos de comunidades imigrantes (ou seus descendentes) vêm, por propriedade transitiva, afetar e manchar, aos olhos da sociedade recetora, a totalidade dos membros dessas comunidades.
- 5) A falta de confiança da população na capacidade dos governantes em executar uma política migratória de forma bem-sucedida. Prende-se com a falta de confiança nas

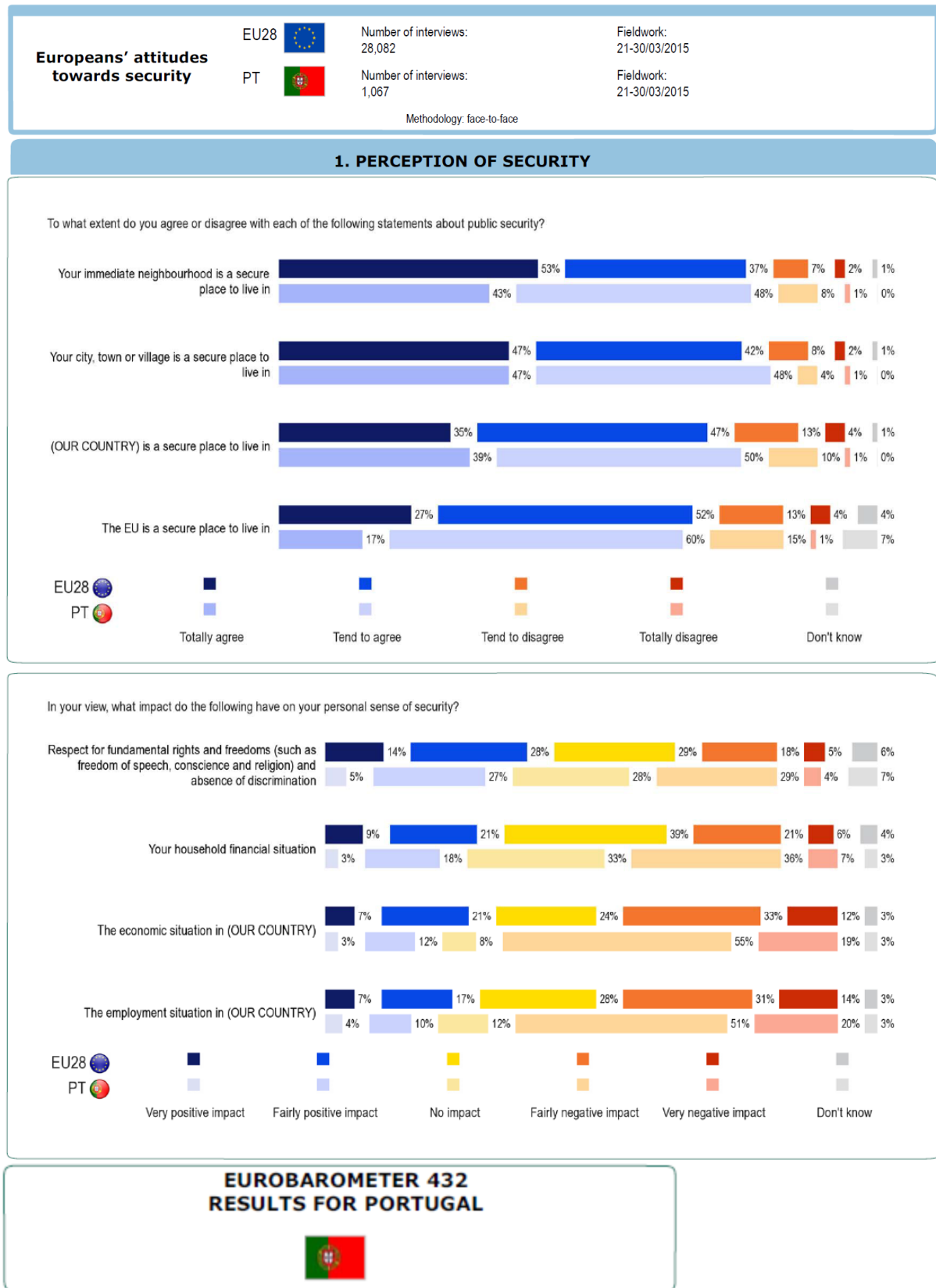
²³ Número de migrantes internacionais chegando a um país (imigrantes) ou partido de um país (emigrantes) durante um período específico de tempo (Nations, 2012).

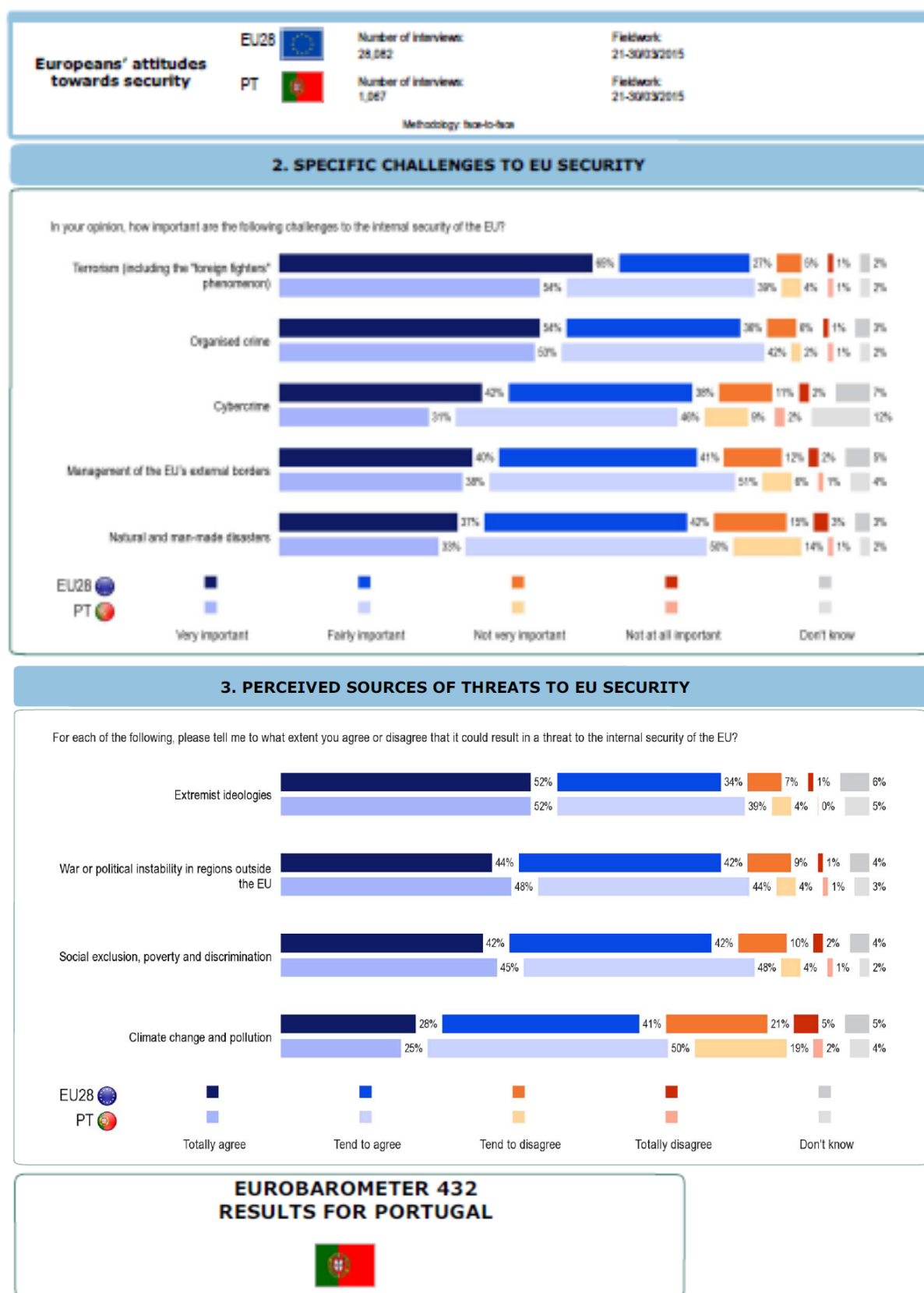


elites, dada a impressão de que estes não são capazes ou não têm intensão de resolver este problema.



Anexo G — Europeans' attitudes towards security







Europeans' attitudes towards security

EU28



Number of interviews:
28,082

Fieldwork:
21-30/03/2015

PT



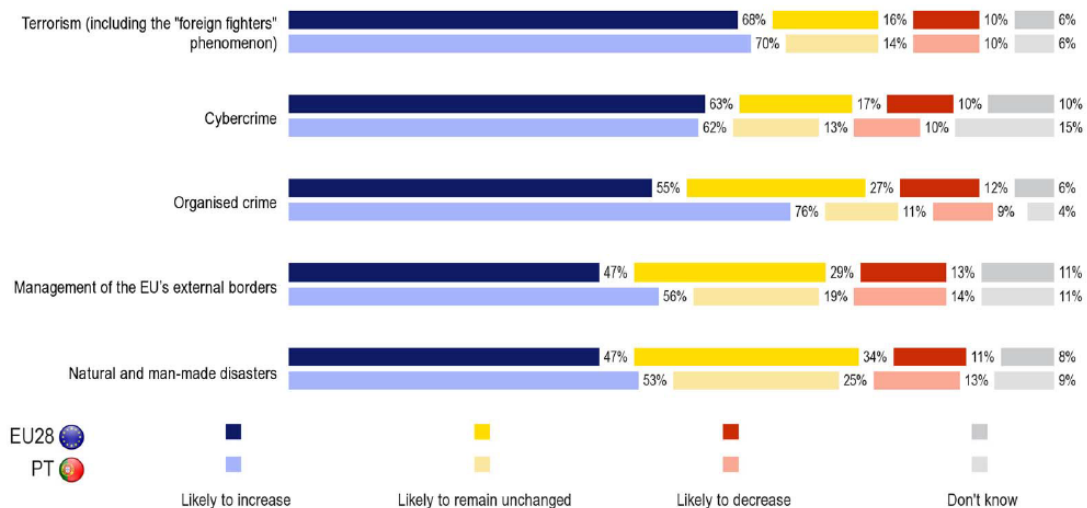
Number of interviews:
1,067

Fieldwork:
21-30/03/2015

Methodology: face-to-face

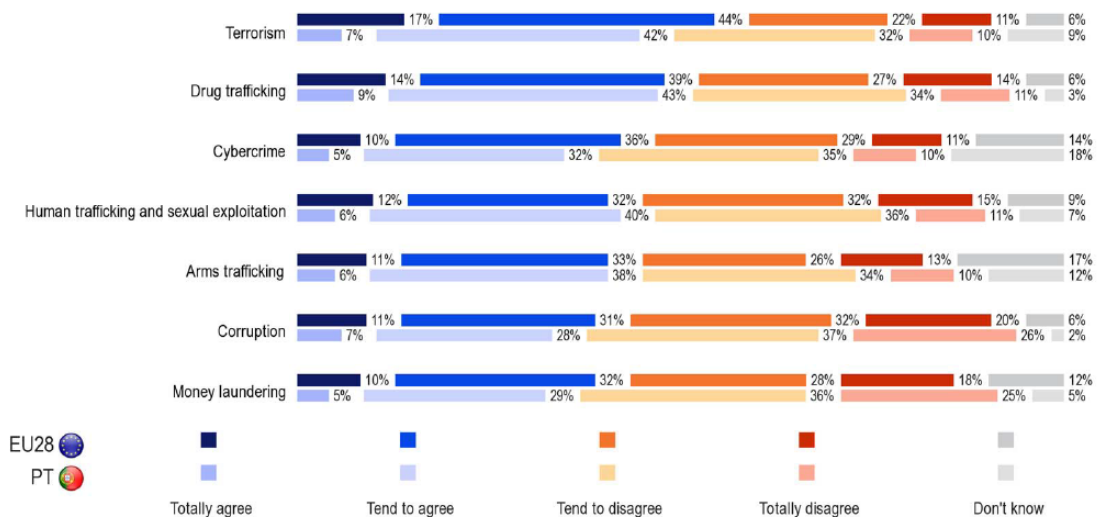
4. EXPECTED EVOLUTION OF THREATS

Would you say that the following challenges to the internal security of the EU are likely to increase, decrease or remain unchanged over the next three years?



5. PERCEPTION OF NATIONAL LAW ENFORCEMENT AUTHORITIES' ACTIONS IN FIGHTING THREATS

To what extent do you agree or disagree with the following statements: The police and other law enforcement authorities in (OUR COUNTRY) are doing enough to fight...



EUROBAROMETER 432 RESULTS FOR PORTUGAL





**Europeans' attitudes
towards security**

EU28



Number of interviews:
28,082

Fieldwork:
21-30/03/2015

PT



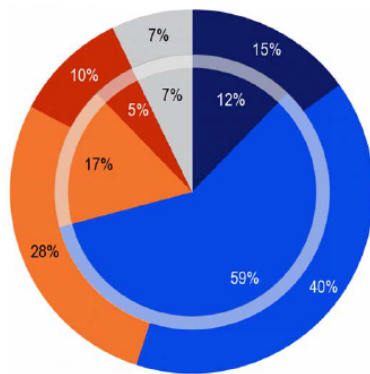
Number of interviews:
1,067

Fieldwork:
21-30/03/2015

Methodology: face-to-face

6. RESTRICTION OF FUNDAMENTAL RIGHTS AND FREEDOMS

Do you consider that fundamental rights and freedoms have been restricted in the EU for reasons related to the fight against terrorism and organised crime?



EU Outer pie

PT Inner pie

- Yes, definitely
- Yes, to some extent
- No, not really
- No, not at all
- Don't know

EU		PT	
EB83.2	EB83.2- EB76.4	EB83.2	EB83.2- EB76.4
15%	+ 5	12%	+ 2
40%	+ 2	59%	+ 16
28%	- 3	17%	- 4
10%	- 3	5%	- 4
7%	- 1	7%	- 10

**EUROBAROMETER 432
RESULTS FOR PORTUGAL**





Apêndice B — Análise SWOT



